

Eco-341

**IMPACTO DO ALARGAMENTO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO
DOS BANCOS COMERCIAIS NO DESENVOLVIMENTO DAS
ZONAS RURAIS**

Autor: Pinto Elisa Mussane

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Economia
Trabalho de Licenciatura em economia
Maputo, Maio de 2008

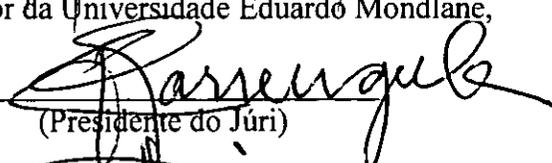
Declaração do autor

Declaro por minha honra que este trabalho é de minha autoria e resultado da minha pesquisa. Este é o primeiro trabalho que submeto para obter um grau académico numa instituição superior.

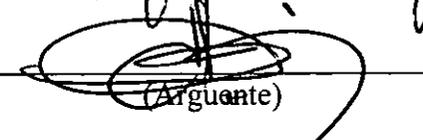
(Pinto Elisa Mussane)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 14 valores, no dia 29 de Abril de 2008, por nós membros do Júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane,



(Presidente do Júri)



(Arguente)

(Supervisor)

Lista de abreviaturas

AF's	Agregados Familiares
AMB	Associação Moçambicana de Bancos
BA	Banco Austral
BCM	Banco Comercial de Moçambique
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BDC	Banco de Desenvolvimento e Comercio de Moçambique
BF	Banco de Fomento
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BMI	Banco Mercantil de Investimentos
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDD	Investimento Directo Doméstico
PRE	Programa de Reestruturação Económica
USAID	United States Agency for International Development
INE	Instituto Nacional de Estatística
MADER	Ministerio de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Resumo executivo

Os bancos são fundamentais para uma economia isto se avaliado pelo seu impacto na redução dos custos de financiamento da actividade económica e aumento das possibilidades de transferência temporal de fundos, o que implica que pode se estabelecer uma correlação positiva entre o sector bancário e o sector real da economia. Esta correlação depende em grande medida da estrutura de distribuição espacial das operações que são característica do sector.

Para avaliar esta correlação entre o sector bancário Moçambicano e o desenvolvimento das zonas rurais seguiu-se as seguintes etapas:

- I. A análise do sector bancário Moçambique, concretamente os bancos comerciais, isto para a avaliar a estrutura do sector;
- II. A análise da actividade nas zonas rurais, isto como forma de verificar até que ponto seria benéfico para a economia como um todo uma expansão das operações de crédito dos bancos comerciais;
- III. Estabelecimento da relação entre a estrutura do sector bancário comercial e o desenvolvimento nas zonas rurais;

Os resultados encontrados desta pesquisa demonstram que existe uma concentração das operações de crédito dos bancos comerciais: I) nas zonas urbanas, o que implica que os bancos não financiam o desenvolvimento das zonas rurais nem a actividade agrícola que na sua grande parte concentra-se nas zonas rurais; II) entre os bancos comerciais, o que implica que o desenvolvimento do sector depende de alguns bancos o que torna o sector vulnerável a choques e ocorrência de riscos de crédito; III) a actividade nas zonas rurais, maioritariamente agrícola, tem uma grande relevância no que se refere a sua contribuição no PIB, isto como resultado do crescimento da produção quer de culturas alimentares quer de culturas de rendimento, mas esta é praticada sobre baixos índices de produtividade.

A concentração que se verifica no sector bancário reforça o padrão de assimetrias entre as zonas urbanas e rurais, e contribui para que o desenvolvimento registado na economia não seja distribuído por todo o país.

Esta tendência de concentração da actividade dos bancos comerciais reflecte a ausência de apoio financeiro as zonas rurais, o que tem como efeito imediato o aumento do custo de financiamento no desenvolvimento dos projectos locais.

Índice

Declaração do autor.....	II
Lista de abreviaturas.....	III
Resumo executivo.....	IV
Índice.....	VI
Lista de tabelas.....	VI
Lista de gráficos.....	VII
I. Introdução.....	1
II. Enquadramento teórico.....	4
2.1 Conceito de bancos.....	4
2.2 Impacto da actividade do sector bancário no sector real da economia.....	5
2.3 Determinantes da procura e oferta de crédito.....	8
2.4 Impacto da concentração Bancaria na economia.....	11
II. Análise sectorial dos bancos comerciais e zonas rurais.....	14
3.1 Características do sector bancário.....	14
3.1.1 Contexto histórico.....	14
3.1.2 Caracterização actual.....	16
3.2 Distribuição espacial da banca comercial e alocação de crédito.....	20
3.2.1 Crédito a economia.....	20
3.2.2 Concentração sectorial do crédito.....	23
3.2.3 Concentração regional do crédito.....	25
3.2.4 Concentração das operações de crédito a nível dos bancos comerciais.....	27
3.3. Características das zonas rurais em Moçambique.....	28
3.4. Dinâmica da actividade nas zonas rurais.....	30
IV. Sector bancário e o desenvolvimento das zonas rurais.....	34
V. Modelo de intervenção nas zonas rurais.....	37
5.1. Curto/Médio prazo.....	38
5.2. Longo Prazo.....	40
5.3. Impacto do crédito nas zonas rurais.....	40
VI. Conclusões e recomendações.....	42
6.1. Conclusões.....	42
6.2. Recomendações.....	43
VII. Bibliografia.....	45

Anexo

Lista de Tabelas

Tabela	Página
Tabela 1: Rede Bancária Nacional (1975 – 1991)-----	14
Tabela 2: Distribuição das agências bancárias por província-----	25
Tabela 3: Custos operacionais/activo total (2001-2006)-----	33

Tabela 4: Poupança Bruta (1980 – 2006)-----	49
Tabela 5: Formação Bruta de capital (1980 – 2006)-----	49
Tabela 6: Crédito a Economia e PIB(10 ⁶)-----	49
Tabela 7: Distribuição do crédito em divisas (1996 – 2006)-----	50
Tabela 8: Distribuição sectorial do crédito-----	50
Tabela 9: Distribuição da rede bancária por província-----	50
Tabela 10: Quotas de Mercado dos bancos comerciais – concessão de crédito-----	51
Tabela 11: Produção de culturas básicas alimentares, 1996 – 2006 (10 ³ Ton)-----	51
Tabela 12 : Produção de culturas de rendimento (10 ³ Ton)-----	51
Tabela 13: Taxa de Câmbio-----	52
Tabela 14: Índice de preços ao consumidor (inflação acumulada)-----	52
Tabela 15: Contribuição da agricultura no PIB-----	52
Tabela 16: Taxa de juros (médias anuais, 1998-2006)-----	53
Tabela 17: Oferta de Moeda 10 ⁶ de USD (1987 – 2006)-----	53
Tabela 18: Distribuição do crédito das instituições microfinanceiras-----	53

Lista de Gráficos

Gráfico	Página
Gráfico 1: Poupança bruta na economia (10 ⁶ de dolares)-----	17
Gráfico 2: Formação Bruta de Capital Fixo-----	18
Gráfico 3: Crédito a economia (var. Absoluta em 10 ⁶)-----	20
Gráfico 4: Proporção de crédito em divisas e MZM (Dez 1996 – Dez 2006)-----	21
Gráfico 5: Proporção Crédito/PIB-----	21
Gráfico 6: Distribuição sectorial do crédito-----	23
Gráfico 7: Distribuição das agências bancárias por província-----	24
Gráfico 8: Quotas de mercado dos bancos comerciais- crédito-----	26
Gráfico 6: Distribuição sectorial do investimento, por fontes de financiamento (% do total nacional por fonte)-----	52

I. Introdução

O crescimento económico agregado de uma região depende na sua essência da dinâmica e complementaridade dos vários sectores que a economia possui. Nesta perspectiva o presente trabalho de pesquisa pretende avaliar a correlação entre a dinâmica da actividade dos bancos comerciais e o sector real da economia, particularmente a sua contribuição para o desenvolvimento das zonas rurais para o período de 1996 – 2006.

A relevância do tema prende-se com o facto de em Moçambique denotar-se uma certa concentração das operações creditícias dos bancos comerciais, em termos regional, sectorial e entre os bancos o que provoca um certo constrangimento para o financiamento das zonas rurais e da actividade agrícola, o que reforça o padrão de assimetrias entre as zonas rurais e urbanas.

O objectivo geral desta pesquisa será fundamentar ou não a possibilidade de expansão do serviço de credito praticado pelo bancos comerciais para as zonas rurais, em caso afirmativo será proposto um modelo para a expansão deste serviço tendo em conta a dinâmica económica e social das zonas rurais, isto passa necessariamente pelo seguintes objectivos específicos: I) avaliar a dinâmica das operações de credito dos bancos comerciais em termos sectoriais regionais e interbancário; II) avaliar a dinâmica da actividade nas zonas rurais, isto vai permitir argumentar se nas zonas rurais existem nichos de mercado que não estão sendo devidamente servidos. Para tal o trabalho apresenta as seguintes perguntas de pesquisa: *I) será que a estrutura bancária existente em Moçambique contribui para o desenvolvimento económico do país em termos agregados; II) qual é a dinâmica de desenvolvimento das zonas rurais.*

Como forma de dar resposta as perguntas acima apresentadas será adoptada a metodologia a seguir apresentada:

a) Pesquisa bibliográfica

Nesta parte procura-se verificar a prior a relação entre o sector bancário e o desenvolvimento económico.

b) Demonstração da concentração bancária

A pretensão da pesquisa envolve a análise do sector bancário em termos de concessão de crédito a economia, pelo que será essencial analisar os dados sobre este sector em Moçambique, que foram obtidos através de pesquisa dos relatórios sobre o sector, entrevistas com as instituições bancárias envolvidas na concessão de crédito em Moçambique, isto como forma de verificar até que ponto a estrutura do sector bancário contribui para o desenvolvimento das zonas rurais

c) Análise da dinâmica da actividade nas zonas rurais

O objectivo é sustentar ou não o alargamento das operações de crédito para as zonas rurais, o que passa necessariamente por avaliar até que ponto a actividade nas zonas rurais irá colmatar o risco assumido pelos bancos comerciais. Esta análise será feita através da dinâmica na produção de culturas básicas alimentares e de rendimento, isto na base de relatórios do INE e do Ministério da Agricultura.

d) Análise dos dados

Por fim será feita uma confrontação entre a estrutura e distribuição da rede bancária e zonas rurais em Moçambique, isto com forma de avaliar se é viável optar por uma expansão do sector bancário para as zonas rurais e em que moldes esta expansão deve ser feita.

A informação será compilada para um horizonte temporal que irá de 1996-2006, como forma de garantir uma maior consistência em termos de dados, isto porque só a partir de 1992 é que o Banco de Moçambique passou a exercer exclusivamente as funções de banco central, grande parte dos bancos que existem actualmente iniciaram as suas actividades em média a partir de 1995, para além de que só a partir de 1994 é que o Banco central procedeu a liberalização da taxa de juros, passando a vigor no mercado três tipos de taxas, nomeadamente, a taxa de redesconto, a taxa de referência e a taxa de mercado interbancário.

O trabalho é composto por seis capítulos principais. Após a introdução segue-se o segundo capítulo, no qual se faz um enquadramento do tema da pesquisa, buscando a correlação em termos teóricos entre sector bancário e a esfera produtiva, isto na base das várias abordagens feitas pelas duas principais escolas de pensamento económico. Sustenta-se que os bancos tem a sua relevância na economia, uma vez que contribuem para o financiamento da actividade económica.

O capítulo três apresenta uma análise do sector dos bancos comerciais e das zonas rurais, é composta por quatro secções. A primeira apresenta uma caracterização do sector bancário numa vertente histórica e actual que revela uma transformação do sector bancário tendo em conta o facto de a economia ter passado de um regime de produção centralmente planificado para um modelo liberal e isto criou condições para que houvesse uma diversificação no sector bancário tendo se verificado o investimento de capitais estrangeiros. A segunda secção avalia a distribuição do crédito concedido pelos bancos comerciais pela economia isto em termos sectorial, regional e a nível dos bancos comerciais, a análise demonstra uma tendência para concentração quer regional quer bancária das operações de crédito. A terceira secção apresenta uma caracterização das zonas rurais. A quarta secção avalia a dinâmica da actividade das zonas rurais na expectativa de argumentar até que ponto seria exequível o alargamento das operações de crédito as zonas rurais.

O capítulo quatro faz uma correlação dos dados sobre a estrutura do sector bancário comercial e o desenvolvimento das zonas rurais, o que revela que os bancos comerciais pouco contribuem para o desenvolvimento das zonas rurais e para o desenvolvimento da actividade agrícola

O quinto capítulo apresenta uma estratégia de intervenção nas zonas rurais tendo em conta o facto destas não estarem sendo devidamente servidas em termos de concessão de crédito isto tendo em conta a dinâmica das mesmas em termos de actividade. No sexto capítulo são feitas breves conclusões e recomendações.

II. Enquadramento teórico

Este capítulo visa avaliar com base na visão teórica existente, a relevância do sector bancário numa economia, para tal é fundamental definir os bancos, avaliar quais os determinantes das operações de crédito praticadas pelos mesmos assim como o efeito da sua distribuição regional sobre o sector real da economia..

2.1 Conceito de bancos

A conceptualização da economia bancária tem por base a teoria da empresa, isto é, o sector bancário pode ser visto como uma unidade económica “ que persegue o benefício como qualquer outra empresa” (Barrera, 2007)

As várias definições apresentadas para o sector bancário ou simplesmente bancos são feitas seguindo por um lado uma abordagem de produção, neste contexto, banco seria um instituição de crédito que tem por fim a produção e a circulação de capitais (Alexandre *et al*, 1992: 13), ainda nesta visão a empresa bancária pode ser definida como uma empresa de serviços que tem como função captar recursos (nomeadamente os depósitos à ordem e a prazo) com a finalidade de os aplicar (as aplicações creditícias); neste sentido, todos os serviços — depósitos e créditos, *latu sensu* — são assumidos como produtos. Nesta óptica as instituições financeiras suportam simplesmente os custos operacionais, isto é, o trabalho é o único factor de produção.

Por outro lado os bancos podem ser definidos usando um abordagem de intermediação financeira, dando destaque a aquilo que é a finalidade da sua actividade, neste contexto, Banco seria uma instituição auxiliadora do comércio e da industria, que opera com capitalistas e pessoas que necessitam de dinheiro para a exploração dos seus negócios Alexandre *et al* (1992: 15), daqui o objectivo das poupanças captadas pelo sector bancário é empregá-las em operações desenvolvidas entre comerciantes, industriais, agricultores que necessitam de meios financeiros, isto significa que os bancos como intermediários financeiros criam condições para a

transferência de fundos dos superavitários¹ para os deficitários². Nesta óptica os bancos para além do trabalho, os depósitos passam a ser considerados factor de produção pelo facto de permitirem aos bancos concederem crédito e para além dos custos operacionais passam a ser considerados os custos financeiros.

Estas abordagens dos bancos apresentam algo em comum, realçam uma certa importância dos bancos na economia, na abordagem da produção os bancos são reservados a função de caixas da economia, isto é, guardam as poupanças dos agentes económicos, e na abordagem da intermediação financeira os bancos financiam as diversas actividades na economia, isto é, põem os recursos no tempo e no local certo.

2.2 Impacto da actividade do sector bancário no sector real da economia

Esta análise é feita por muitos autores centrando-se no papel da moeda na economia, isto porque, segundo Stanford (1981: 19) a moeda afecta o sector real da economia e para Guiley & Shaw citados por Stanford (1981: 21) a função dos bancos é algo especial, no sentido em que seus débitos são usados como moeda, o que dá relevância a sua capacidade de conceder liquidez a economia.

O efeito da moeda no sector real da economia, tem merecido conclusões controversas entre as grandes escolas de pensamento.

Os clássicos baseando-se na *Teoria Quantitativa de Moeda* (Stanford 1981), mostraram que mudanças na oferta de moeda não influenciam as variáveis reais³, o que implica que a moeda é neutra (Mankiw, 2004), neste contexto, a moeda é vista apenas como um véu que facilita as trocas e ajusta o nível geral de preços, isto é, uma alteração na quantidade de moeda existente na economia causa pressão inflacionária (Barra *et al*, 2004).

¹ Unidades económicas com um nível de rendimento que ultrapassa o nível de consumo e gasto com activos de capital real

² Unidades que apresentam uma receita insuficiente para atender os seus gastos planeados

³ Dicotomia clássica, separação das variáveis reais das variáveis nominais (Mankiw, 2004)

Os bancos, por sua vez, são também considerados neutros pois somente alocam poupanças disponíveis entre projectos alternativos (Barra *et al*, 2004), isto vai de encontro com a visão dos teóricos das teorias de crescimento económico Lucas (1988), Robinson (1952), que duvidam do papel do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento económico , esta conclusão decorre do facto de as teorias de crescimento económico ignorarem na sua análise o papel do sistema financeiro (Levine,2004).

Os clássicos chegaram a conclusão da neutralidade da moeda devido a assunção de que a economia opera no pleno emprego dos recursos e alterações no nível de crescimento económico (variáveis reais) só podem ocorrer devido ao crescimento dos factores de produção e do progresso tecnológico (Mankiw, 2004) para além de que a moeda desempenha simplesmente a função de meio de troca, o que implica que alterações na quantidade de moeda não afecta a taxa de juros logo não tem efeito sobre a taxa de investimento.

O argumento de neutralidade da moeda na abordagem clássica faz sentido se admitir-se que a economia funciona no longo prazo, tempo suficiente para os indivíduos ajustarem os seus stocks, as suas expectativas, para além de que os clássicos, assim como os neoclássicos na sua análise admitem a hipótese de mercado perfeito, o que não descreve plenamente o mundo, pelo simples facto de as economias não fazerem uso pleno dos seus recursos, para além de que a introdução de assimetria de informação abandona a hipótese de mercado perfeito que sustenta a visão neoclássica de irrelevância da moeda e das variáveis financeiras (Giancarlo Bertocco, 2003), o que elimina a assunção de substitubilidade dos diferentes recursos de financiamento e reforça a presença de intermediários financeiros, em particular bancos, uma vez que desenvolvem mecanismos de recolha de informação.

Na sua obra *A Teoria geral de emprego, juros e moeda*, Keynes nega a neutralidade da moeda na economia baseando-se na Teoria de preferência pela liquidez (Mankiw;2004) que estabelece uma relação entre o nível de taxa de juros e a quantidade de moeda que os indivíduos optam por reter, isto porque a taxa de juros é o custo de oportunidade de reter moeda (Mankiw, 2004), neste contexto uma redução na oferta monetária aumenta a taxa de juros e um aumento na oferta monetária baixa a taxa de juros (Mankiw, 2004), segundo o modelo neoclássico de

investimento⁴ esta relação transmite-se a economia via investimento isto porque uma diminuição da taxa de juros real reduz o custo do capital, o que aumenta o lucro decorrente da acumulação de capital e vice-versa, desta feita sendo o investimento um dos determinantes da procura agregada, uma alteração na quantidade de moeda existente na economia afecta o nível de crescimento económico, o que contraria a hipótese de neutralidade da moeda defendida pelos clássicos.

Outros autores ao pretenderem avaliar o efeito da existência de intermediários financeiros na economia, olham para as alterações que os intermediários podem introduzir nos processos produtivos e nos custos associados a produção.

Um dos impactos positivos dos intermediários financeiros é de poderem reduzir os custos do processo de informação e desenvolver a alocação de recursos (Levine; 2004) para além de que um bom funcionamento dos bancos estimula a inovação tecnológica identificando e financiando projectos com melhores possibilidades de serem bem sucedidos na implementação de novos produtos e processos produtivos, (Levine, 2004; Robert *et al*, 1993), isto na medida em que os intermediários financeiros desenvolvem mecanismos para a selecção dos potenciais merecedores do crédito evitando o problema de selecção adversa. Esta característica dos intermediários financeiros aumenta a eficiência na economia a partir do momento em que os agentes deficitários para poderem ter acesso ao crédito passam a criar e apresentar projectos viáveis económica e financeiramente.

Os intermediários financeiros dentro do que é a sua actividade, captar depósitos e transforma-los em empréstimos, fazem uma combinação entre activos líquidos e ilíquidos, o que implica que os intermediários responsabilizam-se por uma combinação entre retorno baixo sobre os investimentos (activos líquidos) e alto nível de retorno sobre os investimentos (activos ilíquidos) garantindo desta feita uma maior segurança sobre o risco de liquidez e facilitando o investimento com um alto nível de maturidade (Levine, 2004) isto implica um aumento no nível de produtividade do capital.

⁴ Vide Mankiw(2004: 317-320)

Tsuru (2000) destaca que o desenvolvimento financeiro pode influenciar o crescimento económico através de três canais: mudanças na produtividade do capital, na eficiência do sistema financeiro ou na taxa de poupança, o mesmo autor acrescenta ainda que num sistema financeiro mais eficiente os custos de intermediação seriam menores, o montante de recursos direccionados das poupanças para os investidores seria maior, e desse modo maiores investimentos promoveriam um maior crescimento económico.

Acrescenta Levine (2004) que os intermediários financeiros afectam a taxa de acumulação de capital através da alteração da taxa de poupança ou através da realocação da poupança entre diferentes tecnologias de produção.

Os autores acima citados destacam um impacto directo sobre a economia através do aumento de recursos disponíveis para o investimento, outros dando ênfase a uma transmissão indirecta através da redução dos custos de transacção, informação e aumento da produtividade dos factores de produção. Neste contexto o desenvolvimento da actividade bancária tende a contribuir para o crescimento económico, isto porque os bancos disponibilizam recursos para as firmas, famílias financiarem as suas despesas em processos produtivos e consumo respectivamente, para além de alterarem a estrutura de custos nos processos produtivos o que tem um efeito marginal positivo nos ganhos daí decorrentes

2.3 Determinantes da procura e oferta de credito

O processo de intermediação envolve por um lado a demanda por crédito e por outro lado a oferta de fundos.

A demanda por financiamento é feita por agentes que não têm recursos suficientes para financiar as suas despesas de consumo, oportunidades produtivas, nomeadamente as famílias, o sector privado e o governo.

A oferta funda é feita, para efeitos de análise, pelos bancos comerciais⁵, sem descurar-se neste caso dos depositantes, que depositam aos bancos uma certa confiança para gerirem os seus fundos.

Neste caso os agentes deficitários recebem fundos e os aplicam na expectativa de ganhar um rendimento futuro elevado, e os bancos emprestam na expectativa de serem reembolsados o valor do empréstimo acrescido do rendimento juro.⁶

De acordo com a teoria económica a procura por crédito além de depender da evolução das taxas de juro⁷, é também função dos rendimentos futuros esperados pelos agentes económicos e do seu nível de endividamento actual (Lagos *et al*, 2004).

Segundo a abordagem estruturalista da teoria pós-keynesiana (Paula *et al*, 2003), os bancos como qualquer outra firma, estão sujeitos a incerteza, portanto têm preferência por liquidez e suas decisões de portfólio são determinadas pelo **trade-off** entre rentabilidade e liquidez.

Admitindo que resultados incertos na economia são reflexo da oscilação negativa da actividade económica, o que implica que uma redução do nível de actividade económica reduz a rentabilidade do projectos outrora rentáveis (Paula *et al* 2003), isto faz com os indivíduos tenham menos possibilidades de honrar os seus compromissos, desta feita o nível de procura de crédito reduz assim como a oferta devido a dificuldade que o aumento da incerteza cria na separação de riscos de crédito bons dos ruins pelos emprestadores, esta incapacidade em resolver o problema de selecção adversa os torna menos dispostos a emprestar, o que leva a um declínio no empréstimo, no investimento e na actividade agregada (Mishkin, 1997)

Segundo Boyd (2006) alguns economistas encontraram que alguns países com altas taxas de inflação têm sectores bancários pequenos e ineficientes, nesse contexto sugere que a inflação reduz o volume de empréstimo concedido pelos bancos para o sector privado, o que é consistente com a suposição de que altas taxas de inflação induzem os bancos a racionar o crédito. Isto

⁵ Assume o papel de intermediário entre os agentes deficitários e superavitários

⁶ Que seria o rendimento resultante da diferença entre a taxa de juros activa e taxa de juros passiva, spread bancário

⁷ Porque um aumento da taxa de juro diminui o fluxo de caixa das firmas e causa a deterioração do balanço patrimonial porque diminui a liquidez dos indivíduos in Mishkin (2004:133)

ocorre porque, segundo o mesmo autor, a inflação e negativamente associada com a taxa real do dinheiro, taxa real dos bilhetes de tesouro e com taxa real dos depósitos a prazo, o que implica que uma subida da taxa de inflação reduz o valor real do retorno dos instrumentos atrás mencionados.

Kashyap *et al* (1993: p96) e Guille (1996: p620) Apud José Fuinhas (2002: p2) apontam como condição de existência do canal de crédito a possibilidade de os bancos não poderem separar completamente a oferta de crédito das alterações nas reservas induzidas pelas autoridades monetárias, uma vez que a restrição legal das reservas obrigatórias sobre os depósitos dota o banco central de um meio eficaz para modificar o volume de liquidez concedido pelos bancos.

Esta possibilidade das autoridades monetárias afectarem o crédito bancário baseia-se na teoria do multiplicador monetário, isto na medida em que políticas monetárias restritivas reduzem o volume de depósitos do sistema bancário e conseqüentemente os bancos reduzem o activo fundamentalmente o crédito no mesmo montante. Neste caso o canal de racionamento do crédito começa com a intensificação da dureza da política monetária que agrava as assimetrias de informação no mercado de crédito, levando desta feita os bancos a optar por racionar o crédito.

As autoridades monetárias podem ainda afectar a concessão de crédito através da políticas de supervisão bancária uma vez que segundo José Fuinhas (2002) a supervisão prudencial que é frequentemente conferida a autoridade monetária pode gerar o efeito persuasão moral que condiciona o comportamento do sistema bancário, isto porque os supervisores podem exigir que as instituições melhorem o seu nível de capitais próprios ou impor que bancos com notação de risco fraca não realizem actividades rentáveis e como forma de contornar esta política os bancos diminuem o crédito a economia.

Mishkin (1997) aponta que alterações no mercado de activos tem efeito significativo sobre o nível de empréstimo na economia e no nível de produção agregada, uma vez que uma queda no mercado de acções significa que o património líquido das empresas caiu porque as acções são o valor do património líquido da empresa, e desta feita os bancos tornam-se menos propensos a emprestar, isto porque, o património líquido da empresa desempenha um papel semelhante ao da

garantia, e quando o valor da garantia cai os emprestadores ficam menos protegidos contra as consequências da selecção adversa e do risco moral e desta feita reduzem o nível de empréstimo, o que por sua vez causa o declínio do investimento e da produção agregada.

Na teoria de informação (De Prince Mendonça, 2006) as transacções de crédito são sustentadas em informação e condições e os custos de acesso a tais informações são fundamentais para a decisão de oferta de crédito, neste contexto Thornton (1994) considera que os custos de obtenção de informação e supervisão conduzem ao aparecimento de um prémio de financiamento⁸.

2.4 Impacto da concentração Bancaria na economia

A concentração no sector bancário pode ter implicações sobre a eficiência do sector financeiro, estabilidade bancária, competitividade industrial, políticas, regulação e instituições quer públicas quer privadas, este conjunto de relações tem as suas implicações sobre a taxa de crescimento de um país de uma forma global, e de uma região de um forma específica.

Como aponta Robert *et al* (1993) a concentração pode resultar de três factores principais:

- A disponibilidade de informação para os agentes regionais isto porque a informação só torna-se disponível a um certo custo, e este custo leva a segmentação regional do mercado de crédito, isto implica que regiões mais isoladas tendem a sofrer segmentação maior em termos de crédito devido a dificuldade de obter informação sobre a dinâmica dos agentes locais;
- A existência de activos financeiros regionais não homogéneos, o que cria condições para que haja uma base de comparação em termos de risco, maturidade, liquidez e possibilidade de acesso aos fundos;
- As diferenças regionais em termos de preferência por liquidez e aversão ao risco o que pode conduzir a diferenças em termos de sensibilidade juro quer para o lado da oferta quer para o lado da procura de crédito.

⁸ Prémio de financiamento é o ganho que o banco obtém pelo financiamento, isto é, é a diferença entre a taxa de juros activa e passiva

Mishkin (1997) acrescenta como outro factor determinante da segmentação regional de crédito a existência em algumas regiões de um sistema legal fraco, o que contribui para uma menor celeridade no processo de transferência do património do tomador colocado como garantia, para além do facto de o Governo não permitir a penhora de bens em sectores considerados estratégicos, esta dificuldade de uso da garantia com eficácia conduz a economia para o problema de selecção adversa.

Segundo Di Patti *et al* (2000) existem posições controversas em relação a distribuição espacial do sector bancário, de um lado as teorias convencionais identificaram a competição perfeita como sendo a condição para um sector bancário eficiente, sugerindo que há uma relação negativa entre poder de mercado e a oferta de crédito, por outro lado as teorias mais recentes argumentam que a selecção adversa e o risco moral aumentam com o grau de competição entre os bancos, nisto sugerem que sob assimetrias de informação algum poder de mercado no sector bancário pode ser benéfico para a disponibilidade de crédito para as firmas não financeiras.

Alguns modelos na sua análise estabelecem uma relação concentração-estabilidade, nisto prevêem que a concentração pode conduzir a uma menor competição e conseqüentemente a aumento do poder de mercado, o que permite aos bancos aumentar reservas contra choques adversos⁹ e isto permite que os bancos possam assumir mais riscos e continuar a emprestar mesmo em períodos de recessão económica (Micco *et al*, 2005), para além de que é substancialmente mais fácil monitorar poucos bancos num sistema bancário concentrado do que monitorar muitos bancos num sistema bancário difuso, o que implica que em equilíbrio o sistema bancário concentrado sofrerá poucas crises (Beck *et al*, 2005).

Em contraste outros modelos estabelecem uma relação concentração-fragilidade onde prevêem que a concentração aumenta a fragilidade do sistema bancário, neste contexto De Nicoló *et al* (2005) demonstraram que num sistema financeiro menos competitivo os bancos cobram taxas de juros elevadas¹⁰ o que induz as firmas a assumir altos riscos, para além de que aumenta o custo

⁹ Vide Allen & Galle (2003), Micco *et al* (2005), Dermirgüç-Kunt *et al* (2000) e Mishkin (2004: 165)

¹⁰ O que significa um aumento das margens de intermediação financeira, o que aumenta a instabilidade macroeconómica in Micco *et al* (2005), e sob o mesmo ponto de vista Hannan (1991) analisando a relação entre

do empréstimo, o que tem um efeito negativo sobre o investimento e actividade agregada, acrescenta Dermigue-Kunt *et al*(2000) que devido ao aumento do poder de mercado os bancos podem influenciar o sistema de imposto , a legislação anti-trust, o grau de corrupção e as instituições que controlam as interacções económicas para benefício próprio.

concentração bancária e taxa de juros encontrou que a taxa de juros tende a ser elevada num Mercado bancário mais concentrado.

II. Análise sectorial dos bancos comerciais e zonas rurais

O objectivo deste tópico, é avaliar a estrutura do sector bancário em Moçambique, partindo do pressuposto de que um sistema financeiro eficiente pode contribuir para o desenvolvimento económico, na medida em que garante uma maior sustentabilidade regional, e avaliar a dinâmica das zonas rurais.

Será importante fazer esta análise sectorial para determinar como está distribuída a oferta de crédito dos bancos comerciais em termos sectoriais, regional e a nível dos próprios bancos, com o fim de avaliar se o sector bancário em Moçambique contribui para uma maior ou menor desigualdade regional e esta análise será feita em paralelo com a análise do comportamento da actividade nas zonas rurais, e em função disso propor um modelo de desenvolvimento bancário que solidifique a actual estrutura ou promova uma maior distribuição regional da actividade creditícia do sector bancário para as zonas rurais.

3.1 Características do sector bancário

Este tópico está repartido em duas partes, uma primeira que avalia o contexto histórico do sector e uma segunda que avalia a dinâmica do sector dentro do horizonte temporal definido.

3.1.1 Contexto histórico

Desde a independência até 1995, a economia foi caracterizado por dois períodos diferentes em termos de regime de produção, nomeadamente de 1975 á 1986 (primeiro período) e 1987 á 1995 (segundo período).

No primeiro período dominava o modo de produção centralmente planificado, em que o Estado era o agente primordial na produção, isto é, decidia como e a quem alocar os recursos económicos, nesta vertente os bancos existentes na altura, o BPD (Banco Popular de Desenvolvimento) criado pelo decreto 6/77, de 31 de Dezembro e o BM criado pelo decreto 2/75, de 17 de Maio, ambos estatais e o BSTM (Banco Standard Totta de Moçambique) privado,

destinavam em média grande parte dos seus recursos financeiros as empresas que estavam integradas no plano central. Isto levou a que houvesse uma dinamização na implantação de agências em todo o território nacional (conforme a tabela1), e pode notar-se uma massificação de agências para os distritos, principalmente no BPD que foi criado como uma instituição especializada no apoio a actividade agrícola (Wuyts, 1989). Isto implica que as instituições financeiras existentes neste período serviam para apoiar as iniciativas de socialização da produção.

Tabela 1: Rede Bancária Nacional (1975 – 1991)

Categoria	BM	BPD	BSTM	Total
Filiais provinciais	10	10	1	21
Agências distritais	19	23	2	44
Delegações distritais	10	210	5	225
Posto de captação	-	54	-	54
Postos de troca	7	-	-	7
	46	297	8	351

Fonte: BM; Relatórios anuais, vários

Este período foi basicamente caracterizado por uma limitada ou inexistente diversificação de instituições e produtos financeiros, subordinação da intermediação ao plano central de cada ano, repressão financeira uma vez que as taxas de juro eram determinadas pelas autoridades governamentais, o que reduzia a relevância desta variável nas decisões económicas de poupança e investimento e consequentemente sobre o crescimento económico.

O segundo período, foi caracterizado por reformas no sector financeiro como forma de flexibiliza-lo, no quadro do Programa de Reestruturação Económica (PRE), isto culminou com a retirada do BM em 1992 das operações comerciais que foram assumidas pelo BCM (Banco Comercial de Moçambique), passando a assumir as operações exclusivas de autoridade monetária e supervisão do sector financeiro, verificou-se uma liberalização das taxas de juro através do Aviso 9/GGBM/94¹¹, e no quadro da liberalização da economia, o Estado passou a assumir cada vez menos relevância nas decisões de produção, no sector financeiro isto reflectiu-

¹¹ Para tal o BM fixou um limite mínimo e máximo, com o objectivo de garantir um retorno mínimo nas operações de intermediação e evitar que haja uma anarquia na fixação do custo do empréstimo.

se através da privatização de bancos como foi o caso da privatização do BPD e BCM (Ministério da Industria, Comercio e Turismo, 1999) e abertura do mercado para iniciativas privadas como foi o caso do BIM em 1995 e BF (Banco de Fomento) em 1993, capitais externos e instituições microfinanceiras, o que significa que houve uma diversificação das instituições financeiras.

3.1.2 Caracterização actual

O longo do período em análise (1996-2006) o sistema bancário sofreu grandes transformações, desde privatizações, do BCM primeiro pelo Banco Mello de Portugal em 1996 e depois pelo BCP de Portugal tendo sido integrado no grupo BIM em 2001, BPD deu origem ao BA (Banco Austral) em 1997, este investimento de capital estrangeiro no mercado bancário moçambicano criou condições para que passassem a dominar principalmente capitais portugueses e sul-africanos (USAID, 2005; IMF, 2004) , com um controlo de cerca de 67.2% dos capitais próprios dos bancos comerciais em 1999 (Ministério da Industria, Comercio e Turismo, 1999), tendo passado para os 95% do total dos activos em 2004 (IMF, 2004). Está propensão ao investimento de capitais estrangeiros no mercado financeiro moçambicano é em parte resultado da dinâmica de investimentos dos respectivos países em Moçambique; Crises bancarias ocorridas em 2000 com o BCM e BA a serem considerados insolventes com elevados custos para o tesouro(Metier, 2003).

O Banco de Moçambique manteve uma liberalização da taxa de juros das operações activas e passivas fixando simplesmente a taxa de referência¹² como forma de garantir a captação de rendimentos mínimos, e o controlo da taxa de redesconto (BM, 1997).

Esta liberalização da taxa de juros que enquadra-se no modelo liberal da economia de mercado, que teve como determinantes os elevados custos de estrutura com o pessoal e pagamento de fornecimento de terceiros, terá em parte criando condições para que no sector observassem-se elevados índices de intermediação financeira como resultado de altas taxas de juro de empréstimo que de 1999 – 2002 atingiram a média de 17,5 % tendo se fixado em 22,9% em 2006

¹² A banca usa a MAIBOR como taxa de referência

(2005: +4%) isto em moeda nacional, mas em moeda estrangeira as taxas activas mostraram uma tendência para redução tendo por exemplo baixado de 9 – 12% para 8 – 11% em 1997 (BM, 1997: 56) o que favoreceu o endividamento em divisas e o consequente aumento do crédito em moeda externa (dolarização)

O sector apresenta uma estrutura oligopolista em termos de activos detidos em relação ao total do sector bancário, concessão de crédito, captação de depósitos, em que em média 80 - 95% destes itens é detido por três ou quatro bancos, reflectindo uma situação de concentração no sector em relação a estas operações, o que faz com que o desenvolvimento do sector dependa de alguns bancos. Esta situação terá contribuído para que os bancos considerados pequenos entrassem num processo de fusões, como foi o caso do BCI (Banco Comercial e de investimentos) e BF (Banco de Fomento) passando a designar-se BCI-Fomento, isto para como forma de alargar a sua influência no mercado e aproveitar nichos de mercado disponíveis, para além de que alguns bancos para incrementar o nível de lucros tenderam a dominar outras instituições do sistema financeiro¹³.

O nível de depósitos é geralmente baixo constituindo cerca de 23% do PIB (IMF: 2004), o que reflecte um rácio de transformação de depósitos em empréstimo muito baixo, tendo decrescido de 68% em 1997 a 55.76% em 2006 (2005: +3.14%) o que demonstra um certo subaproveitamento dos recursos alheios.

Os bancos comerciais estão expostos a um elevado risco de crédito¹⁴ (IMF, 2004) isto porque a taxa média de aumento dos depósitos a ordem no período em análise, que é a principal fonte do activo dos bancos, foi baixa em relação a taxa média de aumento do crédito concedido pelos bancos, para além de que o nível de garantias passíveis de ser legalmente tratadas é baixo.

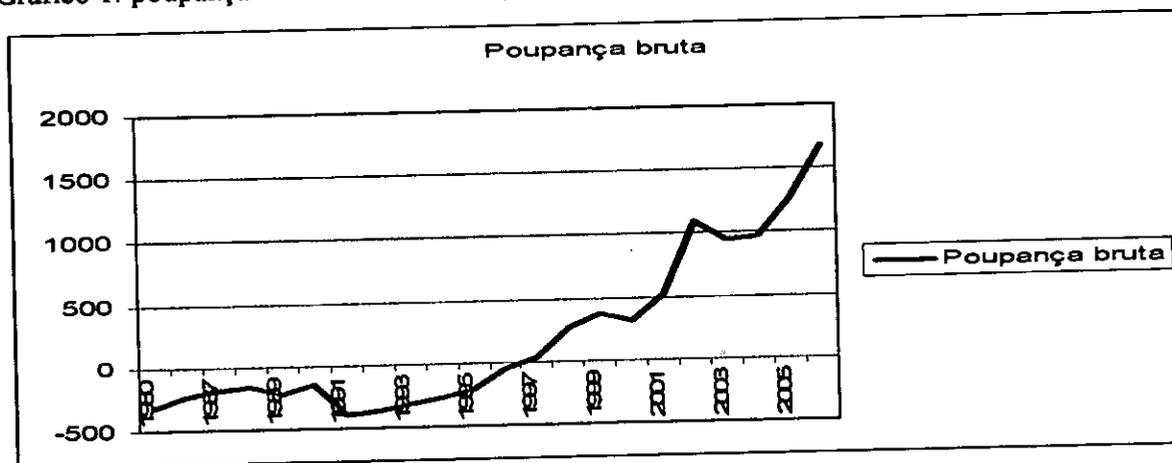
¹³ A Credicar, a BIM Leasing, a Impar são parte do grupo BIM, o que em algum momento permitiu a esta instituição aumentar o seu activo.

¹⁴ Isto decorre do facto de um aumento de crédito significar um aumento do risco de parte desse crédito não ser pago

O sector bancário ao longo do período em análise mostrou-se altamente rentável com o níveis de ROE¹⁵ e ROA¹⁶ de 17,69% e 1,24% respectivamente em 2004 (BM, 2004) tendo se fixado em 33% e 4% respectivamente em 2006 (KPMG, 2006), para tal terá contribuído a recuperação do crédito de cobrança duvidosa como resultado da política de saneamento e ou abate de crédito vencido principalmente nas maiores instituições do sistema (BM, 2005), a melhoria da política de gestão bancária, o que permitiu um aumento das provisões no sistema de 91% em 2004 para 95% em 2005, o que reflecte uma melhoria na qualidade de crédito, para além de que demonstra uma certa capacidade dos bancos alargarem o volume de credito a economia.

A evolução dos intermediários financeiros verificada em Moçambique a partir de 1996 á 2006, permitiu que o nível de poupança bruta na economia (gráfico 1) aumentasse, se comparado com o período anterior e após a independência em que o nível de poupança na economia tinha valores negativos. Isto pode significar que tendo mais opções em termos de instituições os indivíduos transferiram mais recursos para o futuro.

Gráfico 1: poupança bruta na economia (10⁶ de dólares)



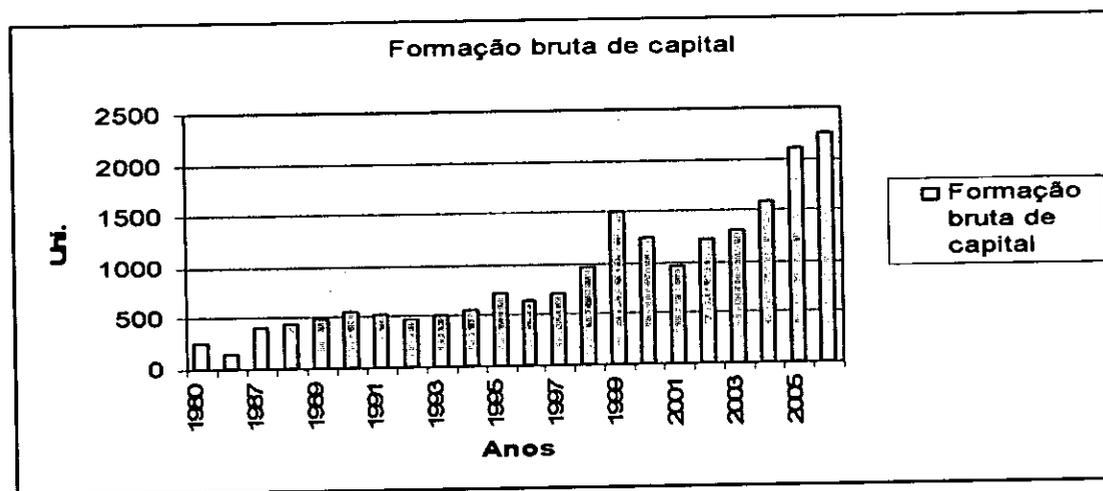
Fonte: IMF; África: Highlights, 2006

¹⁵ Rendibilidade dos fundos próprios médios é o resultado líquido após imposto do exercício anterior dividido pelos fundos próprios médios expresso em percentagem, na prática internacional varia entre 10 e 20%

¹⁶ Rendibilidade dos activos médios, resultado líquido após imposto do exercício anterior dividido pelos activos totais ponderados por risco expresso em percentagem, deve variar entre 0.5 e 2.95%

Nesta perspectiva os intermediários financeiros permitiram que houvessem mais recursos na economia para o investimento, isto se avaliar pela evolução da formação bruta de capital fixo (Gráfico 2) de 1997 à 2006 que variou a uma média de 1,316.096 milhões de USD/ano, tendo fixado em 2,251.37 milhões de USD, uma tendência muito superior a do período anterior em que a média oscilava em cerca de 425,00USD.

Gráfico 2: Formação Bruta de Capital Fixo (1980 -2006)



Fonte: IMF, África: Highlights; 2006

Este efeito no nível de poupança e investimento permitiu que a participação do crédito na economia, mesmo permanecendo a níveis baixos, aumentasse, significando que a contribuição dos intermediários financeiros para o desempenho económico aumentou, o que demonstra a relevância da intermediação financeira em Moçambique.

3.2 Distribuição espacial da banca comercial e alocação de crédito

O objectivo central deste tópico é avaliar a estrutura que persiste nos bancos comerciais, o que vai permitir verificar até que ponto os bancos comerciais contribuem para o desenvolvimento da economia como um todo.

3.2.1 Crédito a economia

O nível de crédito fornecido pelos bancos comerciais para o período de 1996 – 2006, mostrou-se algo instável (gráfico 3), isto é, o crescimento anual do crédito em termos absolutos teve oscilações com tendência a reduzir principalmente de 2001 á 2004, por exemplo, em 2003, o nível de crédito teve um redução de 2.7%, contra um incremento de 5.6% em 2002 e 27.95% em 2001 (AMB & KPMG, 2003), esta situação verificou-se em 2006 em que o nível de crédito registou uma desaceleração ao aumentar em 25% face a 62% registados em 2005 (KPMG, 2006).

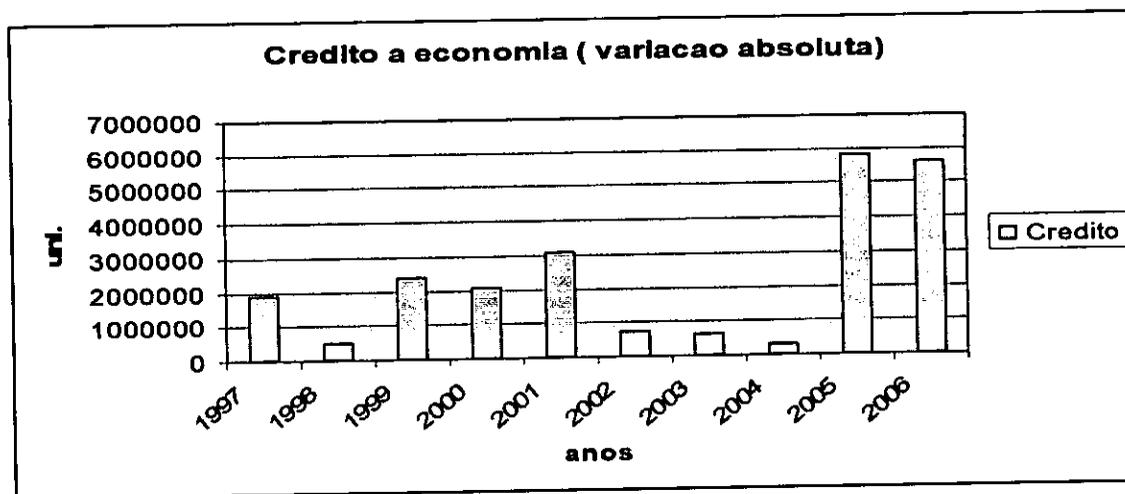
Está tendência do crédito concedido a economia está associada ao facto de os bancos terem uma apetência maior a conceder crédito aos mega projectos, que no longo prazo não tem o mesmo nível de investimento, a reduzida apreciação do dólar que de 1996 até 2006 variou a uma média 8.9% ano (IMF, 2007), o que teve pouco impacto em termos de contravalor, a redução do crédito em meticais devido a elevadas taxas de juro (tabela 16 em anexo) se comparado com a média de alguns países da região, por exemplo na Suazilândia a média de spread bancário ronda os 7.10% e na África do sul é de cerca de 5,05% (IMF, 2007) enquanto que em Moçambique a média do spread bancário de 1999 á 2005 foi de 10.56%, o que inviabilizou o investimento em aplicações alternativas mais atractivas do ponto vista do retorno ajustado ao risco¹⁷(AMB & KPMG, 2002).

A dinâmica verificada no credito entre 1996 – 2003, alterou de 2004 á 2006 período em que a taxa de juros de operações activas reduziu em 3.52pp, para além do assinalável desempenho económico, com uma variação do PIB de 12.8%, isto terá em parte contribuído para o aumento

¹⁷ Bilhetes de Tesouro (BT's), Títulos da Autoridade Monetária (TAM's)

do crédito de 2004 a 2006; O grande boom verificado no nível de crédito de 2004 á 2005 deveu-se essencialmente ao aumento do agregado monetário M3, que apresentou uma acumulação de 27,3% no fim do ano (AMB & KPMG, 2005), isto terá resultado da depreciação cambial verificada de 2004 á 2005, cerca de 5,28pp o que contribuiu para o aumento do crédito em moeda nacional para os investidores domésticos.

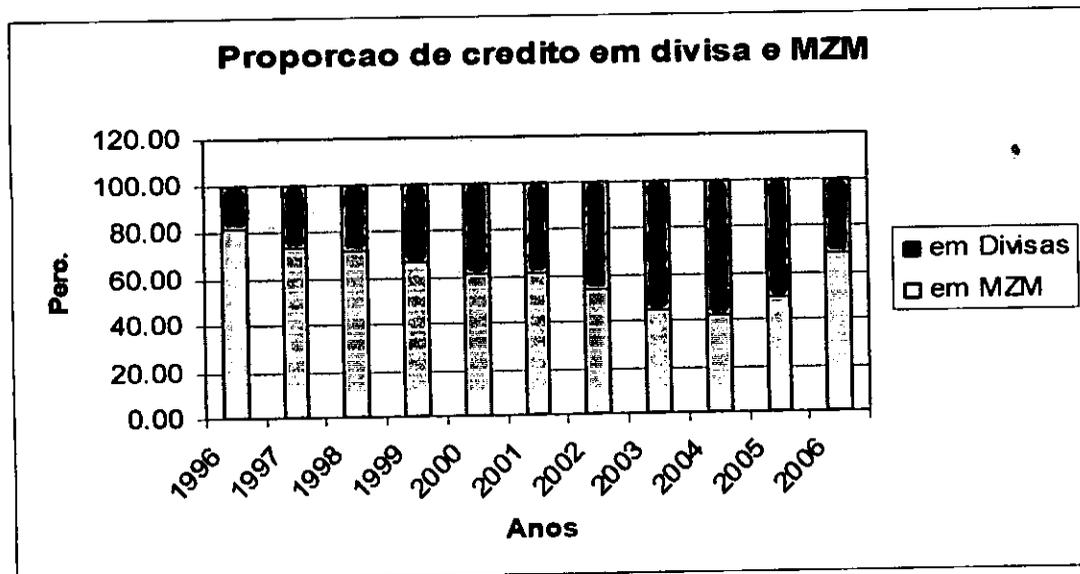
Gráfico 3: credito a economia (var. Absoluta em 10⁶)



Fonte: BM; Boletins estatísticos; vários,

A evolução da estrutura de crédito por moeda não foi consistente com a oscilação que se verificou no crédito a economia, tendo se observado um aumento contínuo do crédito em moeda externa até 2004 (gráfico 4), que variou de 1996 á 2003 a uma taxa média de 56% ao ano enquanto que o crédito em moeda nacional aumentou em 13,2% ao ano, esta tendência levou a que o Banco de Moçambique publica-se o aviso n.º 5/GGBM/2005 de 20 de Maio, que fixa em 50% as provisões a serem constituídas pelos bancos comerciais pela concessão de crédito em moeda estrangeira a empresas não exportadoras (BM, 2005), esta medida teve um impacto relevante ao reduzir o rácio de transformação de recursos alheios em moeda estrangeira e ao aumentar a transformação em moeda nacional.

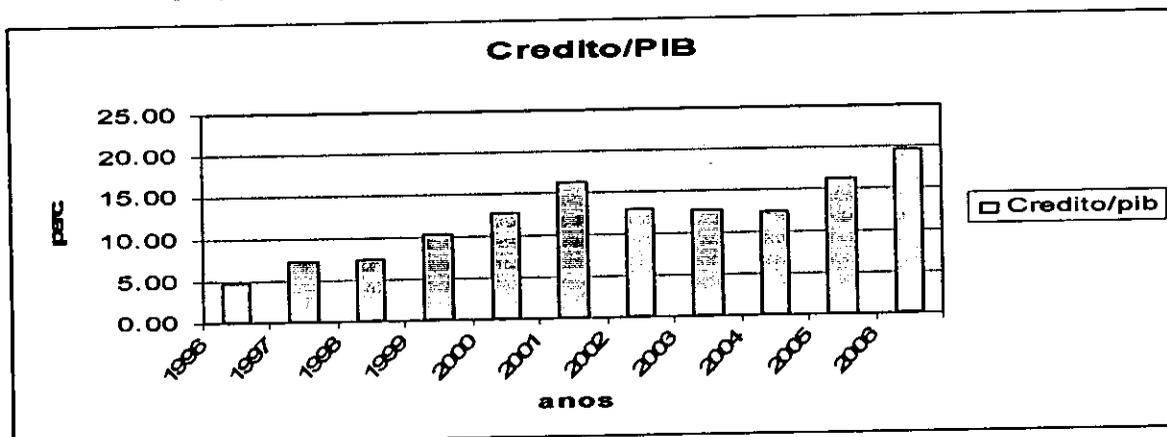
Gráfico 4: Proporção credito em divisas e MZM (Dez 1996 – Dez 2006)



Fonte: BM; Boletins estatísticos; vários

A proporção do crédito no nível do PIB (gráfico 5) é muito baixa, com um média de 14% durante o período o que reflecte uma contribuição baixa do crédito para o PIB. Este indicador acompanhou a oscilação que se verificou no crédito concedido a economia principalmente de 1996 á 1998, com tendência a reduzir, isto devido as políticas monetárias restritivas implementadas pela autoridade monetária como forma de estabilizar a inflação.

Gráfico 5: Proporção Credito/PIB



Fonte: BM, Boletins estatísticos; vários & AMB; vários

No período de 1998 até 2002, o crédito sofreu um aumento de 89.9% a uma média de 16.21% ano, este incremento foi resultado da adopção de mecanismos de controlo monetário indirecto sobre a taxa de juros em substituição dos tradicionais mecanismos de plafonds de crédito e tectos trimestrais de volume de activos líquidos, para além de que o Governo reduziu a pressão sobre o crédito concedido pelos bancos comerciais recorrendo a emissão de bilhetes de tesouro, o que encorajou os bancos a competir no negócio do crédito refreando a subida das taxas de juro (Metier, 2003; Banco Mundial, 2001), reforçando desta feita o aumento do Crédito/PIB.

A dinâmica na proporção credito/PIB foi reforçado pela desaceleração económica registada entre 1998 e 2001 (tabela 6 em anexo) como resultado das políticas monetárias restritivas adoptadas em meados de 2001 (tabela 17 em anexo), a conjuntura desfavorável do preço dos principais produtos (tabela 14 em anexo) e a instabilidade política no Zimbabwe(AMB, 2002)

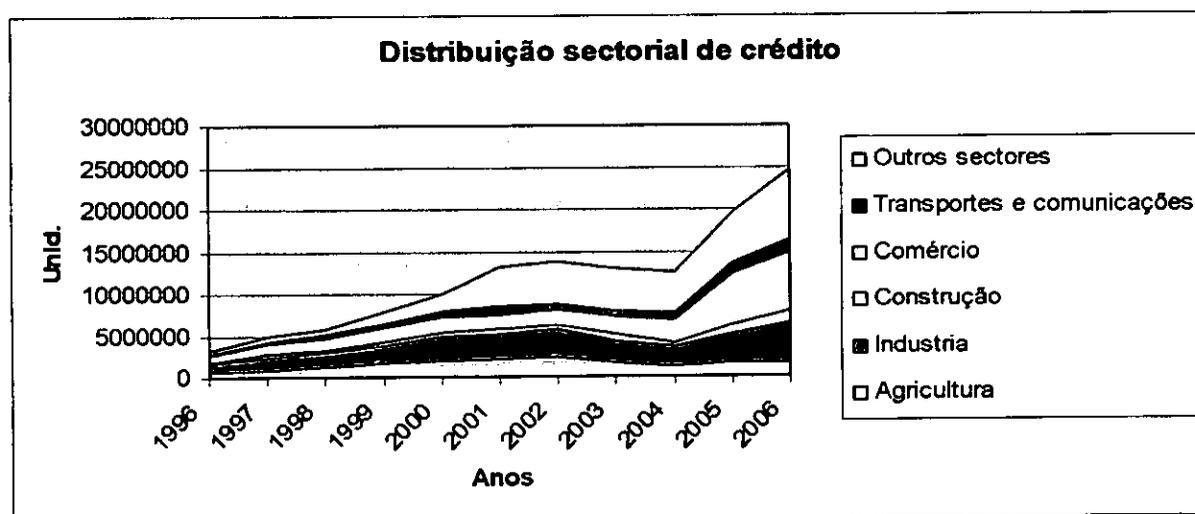
A conjuntura favorável verificada entre 2004 e 2006, com a redução da taxa de juros das operações activas em 3,53pp, redução do índice de preços ao consumidor entre 2005 e 2006, permitiu que o nível de crédito aumentasse em cerca de 75.7% (2004-2006) que foi muito superior a taxa de variação do PIB (12.85%), isto permitiu que o nível crédito/PIB tivesse uma variação positiva neste período.

3.2.2 Concentração sectorial do crédito

Durante o período em análise, a concessão de crédito por sectores (Gráfico 6) sofreu grandes alterações com tendência a ser alocado aos sectores mais dinâmicos em termos de contribuição para o PIB. Em 1996 cerca de 54,5% do crédito concedido era destinado ao comércio, ficando a agricultura e a industria com 41.2% (BM, 1996), esta tendência alterou-se drasticamente , passando o Comercio a uma média de 5% ano até 2002, isto foi acompanhado por um aumento

do crédito para outros sectores¹⁸, que de 1999 até 2002 aumentou em média 58.7%/ano e em 2006 cerca de 32% do crédito passou a ser destinado a este sector. Esta tendência resulta do prevalência de capitais portugueses que destinam uma parte significativa do crédito ao consumo e habitação com carácter especulativo.

Gráfico 6: Distribuição sectorial do crédito



Fonte: BM; Boletins estatísticos; vários

Em termos de sectores produtivos o crédito até 2002 concentrava-se no sector industrial com cerca de 23% do total de crédito, seguido pela agricultura (2002: 16%)

O crédito ao sector agrícola acompanhou a tendência da distribuição sectorial do crédito até 2004, isto é, o crédito alocado ao sector mesmo estando a níveis baixos oscilou com o nível de crédito concedido para os demais sectores, algo que não se verificou entre 2005 e 2006 onde o crédito reduziu para cerca 6% do total de crédito (PAP; 2007), esta situação deveu-se em parte a desaceleração do crescimento real deste sector (BM, 2004), que de 2004 á 2005 variou em 1.6% menos 7% verificado no período anterior (IMF; 2006)

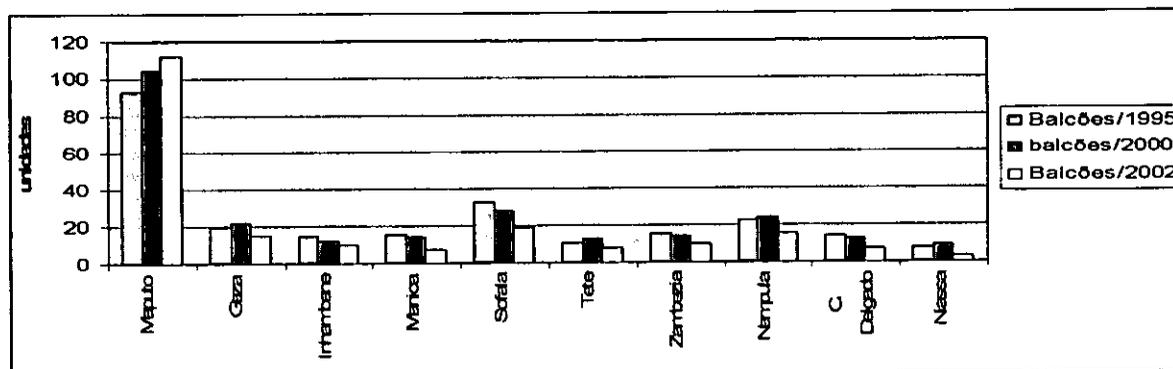
¹⁸ Engloba habitação, crédito ao consumo, entre outras actividades consideradas não produtivas

3.2.3 Concentração regional do crédito

Para avaliar a distribuição espacial das operações de crédito será usado como proxy a distribuição das agências bancárias por província, isto vai permitir avaliar em que estágio se encontra o financiamento ao desenvolvimento das zonas rurais.

O sistema bancário em Moçambique apresenta uma forte evidência de concentração em termos de distribuição provincial das agências bancárias (gráfico 7). Até 1999 existiam sete bancos comerciais¹⁹ tendo passado para nove com a entrada do BDC (Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique) e BMI (Banco Mercantil e de Investimentos) em 2002, este aumento tende a contrastar com a evolução do número de agências que até 2002 reduziu em cerca de 16.5% em relação a 1996 como resultado em parte da redução dos balcões do BA por pressões de competitividade.

Gráfico 7: Distribuição das agências bancárias por província



Fonte: BM; Relatórios anuais; vários

Segundo o tabela 2 até 31 de Dezembro de 2006, dos 128 distritos existentes no país apenas 28 tinham agências bancárias, o que implica que os serviços bancários cobrem apenas 21.9% da superfície nacional, em média uma agência bancária serve 3,506 km² e 89,328 moçambicanos, isto é uma evidência clara de baixa cobertura da rede bancária, se avaliar-se através da

¹⁹ BA, BIM, BCM, BSTM, BF, BCI, ICB

concentração bancária que é de cerca de 96%, que é muito elevada se comparada com a da África sub-sahariana (83%) e do grupo dos países pobres (71%), (IMF, 2004)

Tabela 2: Distribuição de agências bancárias por província

Províncias	Nº de Agências	Peso no total (%)
Cidade de Maputo	103	45.18
Província de Maputo	18	7.89
Gaza	14	6.14
Inhambane	13	5.70
Sofala	22	9.65
Manica	12	5.26
Tete	8	3.51
Zambézia	10	4.39
Nampula	17	7.46
Caba Delgado	7	3.07
Niassa	4	1.75
Total	228	100

Fonte BM/DSB/Yasmin Patel *et al* (2007: 22)

Estas estatísticas revelam uma certa concentração dos serviços bancários, e esta concentração verifica-se nos principais centros urbanos, nomeadamente Cidade de Maputo, Sofala e Nampula, que juntas concentram cerca de 62.3% do total das agências com especial destaque para a Cidade de Maputo onde concentram-se 45.18 % do total das agências bancárias do país.

Na Cidade de Maputo cada agência dá cobertura a 11,592 Habitantes, enquanto que em Milange e Angoche essa cobertura abrange 411,267 e 258,594 habitantes respectivamente, em termos de distância na Cidade de Maputo existe um agência em cada 2.85km² conta 15,871km² em Montepuez e 141,50km² em Mueda, para além de que a média de distância a percorrer até a agência mais próxima fora dos centros urbanos com uma cobertura bancária é de 178.25km² (Yasmin Patel *et al* 2007: 22).

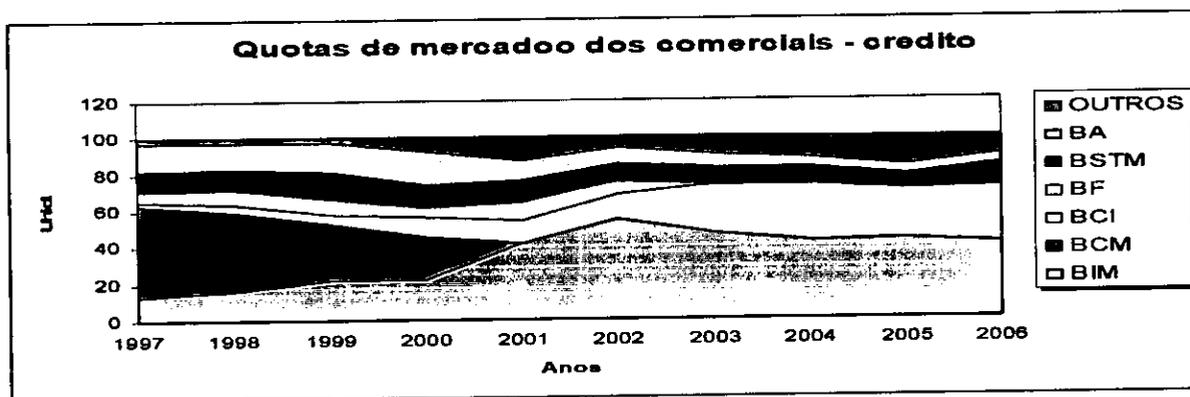
Esta tendência revela que há uma desigualdade na distribuição da rede bancária entre as zonas urbanas e rurais, o cria uma certa dificuldade de financiamento nas zonas rurais devido aos custos associados a intermediação financeira e a deslocação a agência bancária mais próxima.

3.2.4 Concentração das operações de crédito a nível dos bancos comerciais

Esta análise é feita tendo em conta o conjunto de fusões e privatizações que ocorreram no sector bancário, como foi destacado na caracterização actual do sector o caso do BCM que foi integrado no Grupo BIM em 2001, do BPD pelo BA e a fusão por incorporação entre o BCI (sociedade incorporante) e BF (sociedade incorporada) com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2003 (AMB & KPMG, 2003), isto criou condições para que, bancos estrangeiros, especialmente portugueses e sul-africanos dominassem o sistema financeiro moçambicano (USAID, 2005: 3)

Como sugere o (Gráfico 8) , as operações crediticias tem sido alvo do domínio de dois ou três bancos que controlam em média cerca de 95% das operações de crédito na economia, e este domínio tem sido resultado de fusões e não do aumento da capacidade de competição interna dos bancos, mesmo tendo se verificado uma diversificação em termos de serviços financeiros (Castelo-Branco, 2002).

Gráfico 8: Quotas de mercado dos bancos comerciais - crédito



Fonte: BM; Boletins estatísticos; vários

O controlo das operações de crédito tem passado de um banco para outro num ambiente de privatizações e fusões. Em 1997 o BCM controlava cerca de 50% das operações de crédito e tendo sido integrado no grupo BIM(em 2001) este domínio passou para este com um controlo de cerca de 54.71%(2002) das operações crediticias. Nos últimos quatro anos esta tendência de concentração das operações de crédito reduziu a favor de outras instituições que aumentaram a sua apetência por maior risco, como é o caso BCI-Fomento (resultado de uma fusão entro o BCI

e BF) que passou a controlar 30,5% (2006) do mercado de crédito, para além dos outros bancos²⁰ que de 2002 a 2006 passaram a ter um controlo relevante nas operações de crédito tendo passando de 6.04% para 10.3% respectivamente o que revela um certo aproveitamento de nichos de mercado.

Está tendência de concentração das operações de crédito verifica-se ao nível dos activos que tendo aumentado 126% entre 2003 e 2006 cerca de 93% dos activos é detido por quatro bancos comerciais²¹.

3.3. Características das zonas rurais em Moçambique

Importa referir que com este tópico pretende avaliar a natureza das zonas rurais em termos de dinâmica económica e outros itens que podem de certa forma justificar o alargamento dos serviços financeiros para estas zonas, isto passa necessariamente por definir “**o que é uma zona rural**”.

Para Cavalcante *et al* (2004:11) a periferia²² seria uma economia estagnada, com ténues mercados e um baixo grau de sofisticação financeira, acrescenta o mesmo autor que a periferia concentra suas actividades no sector primário e nas manufacturas de baixa tecnologia.

A economia rural em Moçambique sofreu grandes alterações que resultaram do ajustamento estrutural, liberalização dos preços e uma privatização efectiva da comercialização agrícola.

Segundo o GoM (2001) as zonas rurais em Moçambique abrangem a maior parte da população do país, cerca de 71%, com uma taxa de crescimento anual de 1.9%(Banco Mundial, 2006) e um largo número de pequenas unidades produtivas, cerca de 99% das unidades agrícolas constituídas por pequenos agricultores (CAP/2000 e TIA/96), ao mesmo tempo predomina nestas zonas uma elevada taxa de pobreza, afectando cerca de 71% da população rural, o que representa cerca de 82% dos pobres do país, tendo decrescido para os 55% entre 2002-03 (Banco Mundial, 2006),

²⁰ Inclui o BDC, ABC, BMI, ICB

²¹ BMI, BCI-Fomento, BSTM e BA

²² Termo brasileiro, que significa zona distante do centro regional

esta tendência de redução foi notória no centro e norte do país, mas ao mesmo tempo verificou-se um aumento do índice de pobreza no sul especialmente na província de Maputo.

A actividade agrária nas zonas rurais é praticada sobre uso baixo de meios de produção e serviços, em que apenas cerca de 11% do total de explorações agrícolas usa rega, 55 dos 128 distritos estão cobertos por serviços públicos de extensão; Insumos, em que somente 3.7% utiliza fertilizantes, 6.7% usa pesticidas e 16% das explorações contrata mão-de-obra (Sitoe, 2005), este facto demonstra uma falta de correlação entre a produção e a produtividade, para além de que reflecte uma insustentabilidade a longo prazo da produção, uma vez que o aumento na produção será resultado ou do aumento da força de trabalho ou da terra cultivada.

Os rendimentos totais per capita nas zonas rurais são bastante baixos²³ (MADER, 2000) o que é consistente com o baixo nível de produtividade da mão-de-obra, que é explicado pela tendência de diversificação em novas culturas²⁴ o que reduz o esforço por cada produtor para uma cultura específica, para além de que as práticas de extensão agrícola levam a que os novos produtores tenham acesso a terra de pouca qualidade o que tem um efeito marginal reduzido.

A estrutura de rendimento familiar é composta essencialmente pelo rendimento proveniente da machamba, sendo o rendimento fora da machamba abaixo de 20%, mesmo entre as famílias com rendimentos per capita altos; isto é consistente com a estrutura do PIB em termos regionais em que no norte e centro cerca de 60% e 90% do PIB provêm do sector agrícola respectivamente (MADER, 2000). Em termos da relação entre rendimento per capita e características dos agregados familiares, verifica-se que as famílias com maiores rendimentos per capita conseguem grande parte dos seus rendimentos em dinheiro através da venda de culturas de rendimento, particularmente da produção da castanha de caju e algodão.

Em termos de fontes de financiamento para a produção, as zonas rurais deparam com um baixo índice de concessão de crédito, o que de acordo com o CAP/2000, até 2000 somente 4%

²³ Em termos totais os rendimentos dos agregados rurais tem tendência a aumentar a uma média de 48% ano, com 35% no norte, 126% no centro e 16% no sul entre 1996-2006 (Ibraimo, 2006)

²⁴ De 1995-1996, o número de culturas duplicou de 4.6 para 8.3 por AF's (Agregados Familiares), isto teve mais expressão nas culturas alimentares (Banco Mundial, 2006)

das explorações agrícolas eram financiadas por ONG's (20.2%), Governo (5.3%), Cooperativas (7.8%) e Bancos (0.3%). Esta realidade cria entraves ao financiamento da actividade agrícola, uma vez que o empréstimo é a principal fonte de financiamento, isto porque existe um fraco financiamento através de outros mercados devido ao estágio subdesenvolvido em que se encontram nas zonas rurais.

Em termos de infra-estruturas de apoio as zonas rurais apresentam uma rede de estradas inadequada, com 16% primárias, 30 secundárias e 53% rurais. Actualmente somente 25% da rede está em boas condições e 39% em más condições o que reflecte um estágio de subdesenvolvimento da rede de estradas, com uma densidade de 32km por km² o que representa um "gap" elevado se comparado com a média dos países da região que é de 90 km/km² (Banco Mundial, 2006). Esta tendência na distribuição da rede de estradas cria dificuldades sérias de acesso quer aos locais de produção quer aos mercados de venda dos produtos, o que de certa forma afecta os níveis de produção. Este subdesenvolvimento verifica-se também na área de energia e telecomunicações em que apenas 1% da população tem acesso a energia e 10 % tem acesso a telecomunicações (Banco Mundial, 2006)

Em suma, nas zonas rurais grande parte da actividade económica baseia-se em recursos naturais de preços voláteis, explorados de modo primário por pequenos agricultores com pouca informação sobre e para dar ao sistema financeiro e ao mercado no geral e com um nível de rendimento muito abaixo das suas capacidades de produção, isto se avaliado pela quantidade de força de trabalho que alberga. A economia rural é apoiada por uma rede de infra-estruturas subdesenvolvidas e de manutenção dispendiosa, o que tende a elevar os custos unitários de produção e investimento nas zonas rurais..

3.4. Dinâmica da actividade nas zonas rurais

Moçambique é um país essencialmente agrícola, e actualmente a agricultura é considerada o pilar de desenvolvimento da economia, primeiro pelo facto de oferecer emprego a cerca de 78% da força de trabalho do país (INE, 2007), nível que é superior ao dos serviços incluindo o governo (15%) e industria (5%); segundo devido a sua contribuição no PIB (Tabela 14 em

anexo), que ao longo do período em análise observou certas oscilações com tendência a reduzir; em 1996 a agricultura contribuía com cerca de 30.5% no PIB tendo passado para 26.2% em 2005 in www.sadcreview.com/country . Esta tendência pode ser explicada pela forte correlação entre crescimento no sector e aumento da força de trabalho e/ou da terra cultivada, sem os correspondentes aumentos na produtividade, para além da forte dependência do país em relação as condições climáticas que contribuíram para a queda da participação real do sector em 2000 (-3.7) para a taxa de crescimento do PIB, (MPD, 2006). Nos anos subsequentes registou-se uma relativa recuperação da contribuição da agricultura na taxa real de crescimento do PIB que em 2006 fixou em 2.7% em termos reais, superando a contribuição dos mega projectos de cerca de 0.2% (MPD, 2006).

A actividade nas zonas rurais assenta principalmente na produção agrária, isto porque 71% da população do país dedica-se a esta actividade, o que significa que uma análise sobre a evolução da agricultura significa uma análise da dinâmica da actividade nas zonas rurais. A actividade agrícola está orientada para a produção de culturas básicas de alimentação e culturas de rendimento²⁵.

A produção de culturas alimentares básicas, que ocupa cerca de 84,75% da terra cultivada atingindo cerca de 90 da produção total, cresce a uma taxa média anual de 3-4% (Banco Mundial, 2006), regionalmente este crescimento concentra-se no centro do país, particularmente na província de Tete. Ao longo do período em análise nota-se uma certa diversificação na produção de culturas básicas (TIA/96, 2000, 2003), com a introdução de novas culturas, para colmatar as necessidades alimentares, mas verifica-se um propensão a produção de certas culturas como é o caso do milho com cerca de 94% da população em termos provinciais e 33% da terra cultivada, mandioca com 31% da população e 12,14% da terra cultivada (TIA, 1996, 2002, 2003).

O nível de produção das culturas alimentares (Tabela 11 em anexo) teve registos positivos, em que partindo de níveis baixos em 1996 atingiram níveis superiores ao dobro em 2006, isto foi

²⁵ A distinção entre culturas alimentares básicas e de rendimento decorre da diferença de estagios de processamento necessários para o seu consumo, isto é as culturas alimentares podem ser consumidas imediatamente Após a sua colheita enquanto que culturas de rendimento carecem de mais estagios de processamento para o seu consumo.

acompanhado por um aumento na terra cultivada em cerca de 1.1% de 2004 a 2005. A tendência foi marcada por momentos de baixa produção principalmente nas campanhas de 2000 á 2002 como resultado de secas (1996) e cheias (2000), mas estes eventos foram seguidos por recuperação imediata da economia agrícola (Banco Mundial, 2006). Isto reflecte a grande dependência da produção agrícola em relação as condições climáticas, para além de que mostra a capacidade dos pequenos agricultores em reagir a uma situação de recessão agrícola.

A produção de culturas de rendimento pelos AFR's é mais concentrada no Centro e no Norte, ocupando cerca de 5% da terra cultivada, e contribuindo com 5% da percentagem da agricultura no PIB o que representa cerca de 6% das exportações do país para além de que concentra cerca de 16% da população rural (Banco de Mundial, 2006).

Nestas regiões o cultivo de algodão e gergelim apresenta-se importante, enquanto que o tabaco mostra-se ser relevante no Centro, mais concretamente na província de Tete, o girassol, é mais cultivado na província de Manica (Siteo, 2005). A Produção de algumas culturas é feita através de contratos entre empresas de fomento e pequenos agricultores, como é caso do tabaco e algodão, em que a empresa fornece instrumentos de trabalho na garantia de que o agricultor irá vender o produto da sua colheita a está empresa; este modelo permite entre outros aspectos reduzir a falha de mercado no fornecimento de factores de produção e crédito. Mas nisto os pequenos produtores podem incorrer em perdas significativas, isto porque os preços são previamente estabelecidos, o que não permite fazer alterações caso haja uma oscilação internacional positiva no preço dos produtos.

Segundo o CAP/2000 registou-se um aumento de agricultores na produção de culturas de rendimento se comparado com o TIA/96, em que por exemplo o algodão, o tabaco o girassol passaram a ser produzidos por 6.1%, 2.3%, e 0.8% contra 4.4%, 0.8% e 0.2% respectivamente, isto foi acompanhado por um aumento da terra cultivada em por exemplo para o algodão, tabaco e cana de açúcar o aumento da terra foi de 3.1%, 0.7% e 0.4% respectivamente. Isto reflecte uma insustentabilidade a longo prazo, uma vez que aumentos no nível de produção são decorrentes do aumento da terra e ou da força de trabalho e não de aumento da capacidade tecnológica. Isto propicia a rendimentos médios baixos no país que quando comparados com os rendimentos

médios de alguns países apresentam um gap considerável, por exemplo o nível de rendimento médio para o algodão é de 0.6Ton/hect. enquanto que do Zimbabué é de 0.9Ton/hect.; o rendimento médio da castanha de caju é de 1,5 – 3.0kg/árvore enquanto que o potencial é de 10-15Ton/árvore.

A importância destas culturas pode ser avaliada, por um lado olhando para a sua contribuição nas exportações do país, com o tabaco, cana de açúcar, frutas e algodão a contribuírem com 2.7%, 2.2%, 1.8%, e 1.7% respectivamente para o total das exportações (INE, 2007), por outro pode se avaliar a sua contribuição para o PIB percapita que entre 1996/7 e 2002/3 cresceu em 27% para os AF's in www.sard.net.

IV. Sector bancário e o desenvolvimento das zonas rurais

O sector dos bancos comerciais em Moçambique apresenta uma estrutura que evidencia concentração bancária e isto verifica-se a dois níveis; Primeiro, concentração regional em que os bancos comerciais tendem a concentrar as operações de crédito nos principais centros urbanos nomeadamente Nampula, Beira e Maputo (IMF, 2004), com especial destaque para o último, e isto verifica-se devido ao facto de os bancos estarem orientados em função da dinâmica do IDE²⁶ que é alocado principalmente ao sector industrial particularmente para os mega projectos (gráfico 9 em anexo); Segundo ao nível dos bancos comerciais, em que grande parte do activo concedido como credito é detido por três a quatro bancos num universo de nove bancos, o que faz com que o desenvolvimento do sector dependa de alguns bancos, para além de que aumenta a possibilidade de ocorrência do risco de crédito devido ao risco moral.

Esta tendência de concentração implica que há uma acumulação de capacidade do bancos nas zonas urbanas, uma vez que a partir de 2002 verificou-se um aumento no nível de produtividade no sector se avaliado pela relação custos operacionais/activo total (tabela 3) isto foi acompanhado pelo aumento do lucro dos bancos comerciais, o que significa um aumento da capacidade dos bancos expandirem a concessão de crédito.

Tabela 3: Custos operacionais/activo total (2001- 2006)

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Custos Operacionais/Activo total	7.67	7.71	7.13	7.02	6.84	6.67

Fonte: AMB & KPMG; Pesquisa sobre o sector Bancário; vários

A incapacidade dos bancos em expandir a concessão de crédito para as zonas rurais prende-se com a dificuldade em aceder a informação sobre as capacidades produtivas dos agricultores, devido a falta de mecanismos eficientes de divulgação de informação²⁷ e a impossibilidade de uso eficiente do sistema de garantias por um lado devido ao desenvolvimento deficiente do

²⁶ Esta propensão pode dever-se ao facto do IDE estar relacionado com a conjuntura internacional o que representa um risco de crédito baixo comparativamente ao IDD, isto devido ao tipo de investimento realizado em que no IDE tem-se um investimento de expansão, no IDD o investimento é de substituição.

²⁷ Inexistência de registos contabilísticos, planos de investimento, sistemas de gestão de produção e venda

sistema legal nas zonas rurais o que eleva o risco de selecção adversa, por outro lado devido ao facto de a terra sendo o único activo que os pequenos agricultores detêm não poder ser usado como colateral (Banco Mundial, 2006), uma vez que é considerada propriedade do Estado.

A Dinâmica de concessão de crédito pelos bancos comerciais eleva o custo de financiamento das zonas rurais através de altos custos de intermediação financeira, cerca de 125 – 300% do total do empréstimo (Banco Mundial, 2006) e o custo de aceder a uma instituição de crédito (custo de transporte), o que eleva os custos de transacção e reduz a margem de ganho dos poucos que conseguem aceder ao crédito. Isto significa que os bancos comerciais não contribuem significativamente para o desenvolvimento das zonas rurais, uma vez que cerca de 71% da população e cerca de 82% dos pobres do país encontram-se nas zonas rurais (GoM, 2001).

Actualmente tem-se verificado um apoio financeiro as zonas rurais, com a extensão de operadores micro financeiros, com especial destaque para o Novo Banco, Socremo e Tchuma, com empréstimos para grupos, associações e ou indivíduos.

Estudos feitos sobre o sector²⁸ revelam uma tendência para a concentração, com cerca de 2/3 do activo sob controle de três bancos, nomeadamente o Novo Banco (com cerca de 1/3), a Socremo e Tchuma, para além de que em termos geográficos cerca de 68,5% do portfolio é alocado a zona sul com especial destaque para Maputo/Matola com cerca de 58% do total do portfolio activo, ficando a região centro e norte com 18.33% e 12.6% respectivamente (Vletter, 2006), isto implica que há segmentos de mercado que não são cobertos pelos operadores micro financeiros,

A dinâmica em termos geográficos é acompanhada por uma menor apetência a conceder empréstimo para a agricultura; Conforme a tabela 17 em 1997 somente 15% e em 2005 cerca de 9% das instituições concederam empréstimos para a agricultura (Vletter, 2006), e sendo a agricultura a actividade predominante nas zonas rurais significa que há uma ausência de

²⁸ Inventory of microcredit schemes in Mozambique em 1996, Survey of microfinance programmes in Mozambique em 1997, The Mozambique Microfinance Study em 1997, Directory of Microfinance operators in Mozambique em 2004 e 2005 Vide Vletter (2006)

instituições de micro finanças nas comunidades rurais o que resulta num constrangimento para a taxa de crescimento do sector de agrinégocios (Kula *et al*, 2004).

A dificuldade em conceder crédito ao sector agricultura pode em parte estar relacionado com o baixo nível de capital das instituições financeiras de cerca de 512,080.91USD em média, com algumas instituições com um capital que não atinge os 2,000.00USD (Vletter, 2006), isto faz com as instituições tenham prazos de reembolso curtos e volume de crédito baixo isto como forma de capitalizar o investimento, reduzir o nível de risco na actividade e garantir retorno rápido o que cria um desfasamento temporal com os cash flows dos agricultores.

Esta dinâmica no sector das micro finanças reforça a ideia de que existem nichos de mercado que não estão sendo devidamente servidos em termos de oferta de crédito, principalmente nas zonas centro e norte, e que podem ser cobertos pelos bancos comerciais, se avaliar-se pela sua dinâmica.

V. Modelo de intervenção nas zonas rurais

A redução da pobreza em Moçambique requer o melhoramento da base de sustento dos pequenos agricultores, o que passa necessariamente pelo aumento da produção correlacionada com aumentos no nível de produtividade, isto é, estando a pobreza em Moçambique relacionada com os baixos índices de produtividade agrícola a que encontrar mecanismos que promovam aumentos de produtividade agrícola.

A realidade nas zonas rurais conforme a caracterização feita no capítulo III resume-se em:

- Predominância da actividade agrícola como principal actividade e outras de apoio a agricultura (produção de alfaias agrícolas, fornecimento de sementes) que constituem as actividades rentáveis fora da machamba;
- A predominância de pequenas explorações agrícolas que dedicam-se a produção de culturas alimentares e de rendimento, o que implica que em Moçambique não se verifica um carácter dualista na agricultura;
- Baixo índice de produtividade dos AF's, isto por falta de correlação entre crescimento da produção e uso de tecnologias;
- Fraco apoio infraestrutural e institucional;
- Fraco apoio financeiro, quer das instituições bancárias quer das instituições microfinanceiras.

Este conjunto de obstáculos ao desenvolvimento do sector pressupõe a actuação em coordenação vertical²⁹ entre os sectores público e privado, a curto/médio e longo prazos, esta periodização da intervenção deve-se fundamentalmente aos custos que a estratégia pode envolver para cada uma das partes, principalmente para o sector privado, como é o caso dos bancos e empresas de seguro, que podem incorrer em altos custos de agenciamento e riscos decorrentes da falta de informação, e inadimplência.

²⁹ Estabelecimento de planos de acções conjuntos dentro dos vários Ministérios, e entre o sector Público e privado, o que seria evitar a actuação isolada de cada sector

5.1. Curto/Médio prazo

O sector privado é atraído por actividades que envolvem alto nível de lucro e que estejam associadas a um nível baixo de risco, o mesmo se verifica em relação ao bancos comerciais.

Nesta perspectiva o objecto para estratégia de alargamento das operações de crédito dos bancos comerciais serão os pequenos produtores que dedicam-se a produção de culturas de rendimento e que representam cerca de 16% da população rural e ocupam cerca de 5% da terra cultivada (Banco Mundial, 2006), isto porque sobre estas culturas tem-se verificado uma maior abertura comercial quer a nível interno quer a nível internacional, para além de que proporcionam ganhos substâncias relevantes em termos de contribuição para a balança comercial. Isto significa que uma aposta neste sentido reforçaria a capacidade de reembolso dos agricultores e reduziria o risco de crédito para os bancos.

Devido aos custos associados ao agenciamento dos bancos comerciais, por falta de infra-estruturas como estradas, meios de comunicação, apoio institucional das zonas rurais, á curto/médio prazo, o objecto de concessão de crédito será estabelecido em coordenação com as associações de fomento agrícola que podem ser as legalmente registadas ou as que fazem parte da estrutura do governo, para que em nome do banco possam conceder crédito e receber depósitos. Isto vai permitir reduzir o custo de informação dos bancos uma vez que as associações tem informação suficiente que as permite seleccionar os potenciais merecedores de crédito o que irá reduzir o prémio de financiamento dos bancos, isto é, a curto/médio prazo as associações funcionaram como assessoras de crédito, para além de que esta iniciativa vai envolver as estruturas locais, o que poderá ter o seu efeito na redução da cultura de inadimplência. Esta medida irá significar em parte um adiamento dos custos de agenciamento dos bancos comerciais para o longo prazo uma vez que as instalações das associações serviram para captar poupanças e conceder crédito.

O volume de crédito será concedido tendo em conta os seguintes aspectos:

- I. O objecto do crédito serão os pequenos produtores organizados em grupos de indivíduos que trabalham em formas associativas de carácter socio-económico, isto vai criar condições para que haja uma espécie de pressão em cada indivíduo reduzindo a cultura de não pagador.
- II. O cronograma financeiro do plano ou projecto o que implica que a concessão de crédito deve ir de acordo com as necessidades de aplicação na agricultura, isto é, pode ser crédito para iniciar a campanha agrícola, para potenciar a produção ou para realizar colheita, tendo em conta o seu efeito na produtividade, o que irá requerer volumes de crédito diferentes, que podem ser estabelecidos pelo banco ;
- III. Um período de carência, isto é, diferença entre o período de desembolso e de reembolso tendo em conta o período vegetativo das culturas.

O papel do Governo como forma de dar suporte a iniciativa deve ser no sentido de aumentar o volume de despesas com o sector agrícola³⁰, que no curto/médio prazo dever ser aplicado para cobrir o risco de inadimplência dos mutuantes, e o risco da actividade agrícola³¹, isto é, o Governo deve actuar como avalista dos pequenos agricultores, isto passa necessariamente por estabelecer uma base de registo dos agricultores indicados pelas associações de fomento agrícola como merecedoras de crédito aliado a uma redução de procedimentos burocráticos para aceder ao financiamento, isto como forma de garantir o monitoramento não só do crédito mas de própria actividade, com o fornecimento de sementes de qualidade, assistência técnica, criação de condições para o escoamento dos produtos assim como para a sua comercialização (contratos de venda interna e ou internacional). Para tal é necessária uma certificação da produção dos agricultores nos padrões internacionalmente aceites, o que poderá ter um efeito significativo no que se refere a confiança dos agentes do mercado e consumidores.

³⁰ Em 2006 foi programada um nível de 2,241 milhões de contos o que representa cerca de 4.8% do total de despesas programada sem juro da dívida pública (GoM, 2005) e não se perspectivam alterações significativas nos anos subsequentes.

³¹ O estado o risco da ocorrência de catastrofes, como é o caso da ocorrência ou não de chuvas, estiagem o que de certa forma afecta o sucesso das campanhas agrícolas.

5.2. Longo Prazo

Uma condição fundamental para o sucesso da formação desta Nação é assegurar o investimento em infra-estruturas básicas e na sua manutenção, permitindo uma comunicação eficiente de norte a sul do território para pessoas, bens e informação. A melhoria desta comunicação facilitará a integração dos agricultores, demais cidadãos rurais e urbanos numa comunidade nacional (PARPA II, 2006 – 2009), os objectivos principais deste investimentos são:

- ✓ I) permitir que as regiões isoladas, pobres e com potencial agrícola, tenham acesso aos mercados nacionais;
- ✓ II) ajudar na expansão dos mercados;
- ✓ III) produzir um impacto na redução dos custos de transporte;
- ✓ IV) promover o desenvolvimento dos principais corredores.

Nisto está previsto uma extensão da rede de electricidade para as zonas rurais. Este conjunto de acções do Governo irão de certa forma afectar o nível de custos de agenciamento dos bancos. Isto implica que no longo prazo tendo em conta as acções do governo e admitindo que a estratégia de curto/médio prazo vai resultar num aumento da cultura de poupança, redução da inadimplência e risco de informação o que significa redução do risco de fiança, os bancos comerciais devem estabelecer as suas agências nas zonas rurais praticando outros serviços financeiros além da concessão de crédito e captação de poupanças.

5.3. Impacto do crédito nas zonas rurais

O efeito do alargamento das operações de crédito no desenvolvimento as zonas rurais pode ser visto a dois níveis, macroeconómico e microeconómico respectivamente.

Em termos microeconómicos o alargamento das operações de crédito terá um efeito substancial sobre o nível de produtividade dos AF's, em que permitirá passar de uma agricultura de subsistência e de baixa produtividade para uma agricultura comercial e de alta produtividade, isto terá um impacto relevante no nível de rendimento per capita dos AF,s e na segurança alimentar,

para além de que vai aumentar a capacidade de negociação dos excedentes da produção, admitindo que passará a haver uma distribuição da produção tendo em conta a aptidão dos solos.

A nível macroeconómico, a concessão de crédito nas zonas rurais irá contribuir para a redução dos níveis de pobreza, isto como resultado do aumento da renda per capita não só na agricultura mas noutros sectores de produção uma vez que os AF's tendem a gastar parte da renda no consumo de bens produzidos localmente; aumento do emprego consequentemente irá se registar uma redução do grau de assimetria entre as zonas rurais e urbanas. Isto vai potenciar as iniciativas de descentralização administrativa do Governo.

Sendo a estratégia de concessão de crédito dirigido as culturas de exportação isto irá contribuir para o melhoramento da balança comercial através do aumento das exportações e substituição das importações devido a dinâmica que os ganhos provenientes das produções de culturas de rendimento irá proporcionar na produção de culturas básicas alimentares, uma vez que os AF's para além de dedicarem-se a produção de culturas de rendimento dedicam-se também a produção de culturas básicas alimentares.

Esta estratégia vai melhorar a capacidade de controlo dos níveis de produção pelo Governo, uma vez que para que uma associação tenha acesso ao crédito deve estar registada na estrutura local, para além de que pode de certa forma contribuir para o aumento da receita fiscal.

VI. Conclusões e recomendações

A seguir são apresentadas breves conclusões e recomendações sobre os dados analisados.

6.1. Conclusões

A relevância dos intermediários financeiros numa economia mede-se pela sua capacidade de fazer fluir recursos monetários entre os poupadores e tomadores de empréstimo, esta capacidade determina de certa forma a eficiência dos intermediários uma vez que quanto mais recursos forem transferidos garantisse mais investimento produtivo para a economia, esta tendência depende em larga medida da estrutura implantada pelo sector o que tem o seu impacto nos custos de financiamento da economia e na estabilidade do sector financeiro.

O sector bancário em Moçambique sofreu alterações profundas isto como resultado da alteração do sistema de produção, de um sistema centralmente planificado para um sistema de economia de mercado, em que um dos efeitos imediatos no sector foi a entrada de capitais externos acompanhado por um processo de privatizações e fusões. Isto alterou de tal maneira o sector bancário que deixou de ser um instrumento de socialização da produção passando a um sector mais comercial, em paralelo verificou-se um aumento na disponibilidade de crédito para o financiamento da actividade económica. Esta dinâmica implantada no sector foi acompanhada por uma redução da rede bancária dos bancos comerciais o que resultou numa concentração das operações creditícias nos principais centros urbanos, algo que tem as suas implicações no desenvolvimento das zonas rurais, uma vez que ficam desprovidas de serviços de concessão de crédito.

A ausência de agências bancárias nas zonas rurais especializadas na concessão de crédito agrícola, para além de aumentar o custo de financiamento das mesmas inibe o desenvolvimento de projectos locais o que contribui para o aumento do padrão de assimetrias entre as zonas rurais e urbanas, uma vez que grande parte da população pobre encontra-se nestas zonas. Isto implica que a estrutura dos bancos comerciais não contribui em parte para as estratégias de redução da pobreza absoluta estando a actuar de forma isolada e não financiando o desenvolvimento

Esta falta de iniciativa de expansão do sector para as zonas rurais pode estar correlacionada por um lado com a falta de incentivos, por outro lado com a pouca disponibilidade de informação sobre a produção nas zonas rurais o que pode de certa forma afecta o retorno esperado, mas a dinâmica das zonas rurais revela uma tendência para o crescimento dos níveis de produção quer para as culturas básicas alimentares quer para as culturas de rendimento e isto ocorre sem os necessários aumentos no nível de produtividade, isto é, o crescimento da produção ocorre devido ao aumento da quantidade de terra e ou da força de trabalho, o que implica que existem nichos de mercado que podem ser aproveitados pelos bancos para o fornecimento de crédito.

Isto terá um efeito significativo sobre os níveis de pobreza uma vez que grande o crédito seria concedido para os pequenos agricultores que constituem a maioria da população agrícola.

6.2. Recomendações

As recomendações a seguir apresentadas tem em conta o papel do Governo como autoridade legisladora, Banco de Moçambique como autoridade monetária e os bancos comerciais como intermediários financeiros e empresas de seguros como atenuantes do risco da actividade económica

Estado

- Manutenção da estrutura macroeconómica e outros investimentos sectoriais estáveis, incluindo a redução do défice orçamental e o controlo da inflação;
- Estabelecimento de parcerias com os países vizinhos na área de alocação e uso racional da terra, isto como forma de potenciar o uso deste recurso em Moçambique, isto deve ser feito em paralelo á elaboração de planos de uso da terra em regiões previamente seleccionadas;
- Potenciar a capacidade de investigação do instituto de investigação agrícola a nível distrital o que deve ser acompanhado pela introdução de técnicas de produção que permitam o uso de solos em zonas com declives e que permitam a redução da desertificação;

- Expansão do sistema de irrigação de grande escala aliado a construção de mais sistemas de irrigação o que vai permitir reduzir a vulnerabilidade em relação as condições climáticas;
- Intensificar o processo de mapeamento das zonas agroecológicas, tendo em conta a capacidade e aptidão do solo em termos regionais, isto contribuirá para a não dispersão da produção e aumentará a capacidade de negociação dos produtores;
- Alargamento da capacidade de monitoramento das instituições públicas, como forma de assegurar uma aplicação devida dos fundos cedidos, uso dos mecanismos contabilísticos, o que pode contribuir para melhorar o ambiente de negócios e atrair mais investimento para o país, concretamente para as zonas rurais;
- Potenciar os mecanismos de recolha e disponibilização de informação agrícola.

Banco de Moçambique

- Reforço da sua presença nos distritos, com especial atenção para os que detém um potencial económico;
- Introdução de incentivos para os Bancos Comerciais, tendo em conta o modelo de determinação da taxa de juros e os custos associados ao início de actividade nas zonas rurais;

Bancos comerciais

- Introdução de novas formas de garantia que tenham em conta as necessidades na actividade agrícola;
- Formação de peritos na área de concessão de crédito comercial para a agricultura.

Empresas de seguro

- Extensão do cobertura do risco da actividade para a cobertura do sector agrícola, isto é, introdução de seguro para a actividade agrícola.

VII. Bibliografia

Allen, Franklin & Galle, Douglas; *Competition and financial stability, Journal of money, credit and bank*; working paper nº36, 2003

Alexandre, Miguel; Biderman ,Ciro e Lima, Gilberto T., *Distribuição regional do crédito bancário e convergncia no crescimento estadual brasileiro*, Departamento de Economia da FEA-USP, 2006

Alexandre, José & Fontana, Mariano, *Contabilidade Bancária*, 5ªedição, editora Atlas, 1992.
Banco De Moçambique; **Relatórios Anuais**; Vários; Maputo;

Banco Mundial; **Moçambique, Memorando Económico: perspectivas de crescimento e agenda de reformas**; Relatório No. 20601; 2001

Banco Mundial, **Mozambique agricultural development strategy: stimulating smallholder agricultural growth**; Wasinghton DC; 2006

Barrera, Dafne Rojas, www.monografias.com, acessado em 12/12/07 pelas 14h:00min

Barra, Cláudio; Crocco, Marco; *Moeda e espaço no Brasil: Um estudo de áreas seleccionadas*; Revista de Economia Política, vol 24 nº3, 2004

Beck, Thorsten; Dermigue-Kunt-, Asli e LEVINE, Ross; *Banh concentration and fragility: Impact of mechanics*; working paper nº11500; National Bureau of economic research; Cambridge; 2005

Bertocco, Giancarlo; **The characteristics of a monetary economy: a Keynes-Schumpeter approach**; Economics and Quantitative Methods; Department of Economics, University of Insubria; 2003

Boyd, John; Smith, De Nicolo, G; *Bank risk and competition revisited*; IMF; Working paper No 114; 2003

Castelo-Branco, Carlos Nuno; *An investigation into the political economy of industrial policy: The case of Mozambique*, Phd Thesis, SOAS; UK; 2002

Castelo Branco, Carlos Nuno; *Situação económica em Moçambique: reavaliação da evidência empírica com foco na dinâmica da produção industrial*; CASP; Maputo; 2003

Cavalcante, Anderson; Crocco, Marco; Gonzaga, Frederico e Júnior Jaime, *Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional*, UFRAH/Cedeplar, Belo Horizonte, 2004

De Prince Mendonça, Diogo, *Sector bancário e desenvolvimento económica: um estudo sobre os determinantes e a evolução do crédito bancário no Brasil*, GEEIN, Ara-aquara, 2006

Dermigie-Kunt, Asli & Levine, Ross; *Bank concentration: Cross Country evidence*; World Bank; 2000

De Nicoló, Gianni; Bartholomew, P; *Bank consolidation, internationalization and conglomeration: Trends and implications for financial risk*; IMF, Working paper nº158

Di Patti, E & Dell'ariccia, G; *Bank Concentration and firm creation*; IMF, Working paper nº 21, 2001

Elias, Júlio; *Concentração Bancária e estrutura produtiva*; UEM, Maputo, 2006.

Fuinhas, José A, *Canal de crédito e a política monetária*, Universidade da Beira interior, Portugal, 2002

Instituto Nacional De Estatística; *Censo Agro-pecuário*, Maputo, 2000

_____ ; *Contas Nacionais Preliminares: II Trimestre*, Maputo, 2007

International Monetary Fund; *Financial system stability assessment, including report on observance of standard and codes of the following topics: Bank supervision, payment services and anti-money laundering and combating the financing of terrorism*; Report n°04/52, Washington DC, 2004

_____ *International financial statistics*, vol. LX; Washington Dc; 2007

Kula, Olaf & Farmer, Elisabeth; *Mozambique rural financial service study*; USAID, 2004

Lagos, Sérgio; Leão Emanuel; João Santos, *Sistema Bancário: evolução recente e seu papel no ajustamento da economia portuguesa* Departamento de Prospectiva e Planeamento, Portugal; 2004

Levine, Ross; *Finance and growth: Theory and evidence*; Working paper 10766, National Bureau of Economic Research, Cambridge, 2004

Mankwin, Gregory; *Macroeconomia*, 5ª edição, LTC, 2004

Metier, Consultoria e Desenvolvimento; *Moçambique: crescimento e reformas*, copyright Metier, Lda; Maputo; 2002

Micco, Alejandro & Ugo, Panizza; *Bank concentration and credit volatility*; Banco de Chile, Working paper n°342, 2005

Ministério Da Agricultura E Desenvolvimento Rural; *Oportunidades de desenvolvimento do sector familiar e sua relação com a segurança alimentar na província de Nampula*; Relatório de pesquisa n° 42; 2000; Maputo

Ministério Da Agricultura, *Trabalho de Inquérito Agrícola*; Maputo; 1996; 2000; 2002; 2003

Ministério Da Industria, Comércio E Turismo; *Opção financeira para a comercialização agrícola em Moçambique*, vol III; Maputo; 1999

Mishkin, Frederic S; *The economics of Money, banking and financial markets*; 5th edition; Columbia University, 1997

Paula, L. F. R; Alves JR, A. J; *Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minkhiano: Análise económica*, vol. 21; nº39; pp 135-162; 2003

Patel, Yasmin; De Abreu, Silvina; Baptista, Carlos; Wazela, Teodósio e Jaquete, Sebastião, *Bancarização da economia: extensão dos serviços financeiros às zonas rurais*, Maputo, 2007

República De Moçambique, *Plano Económico e Social (2004)*, Maputo

Governo de Moçambique; *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta I (2001 – 2005)*; 2001, Maputo

_____ ; *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (2006 – 2009)*, 2005, Maputo

Roberts, R. B. & Fishking, H; *The rate of monetary forces in regional economic activity* in *Jornal of regional science*; Vol 19 nº1, 1993

Stanford, Jon D. *Moeda, Bancos e actividade económica*, SA Atlas, São Paulo, 1ª edição 1981.

Thornton, Daniel L., *Financial Innovation, Deregulation and the 'Credit View' of Monetary Policy*, in *Review* (Federal Reserve Bank of St. Louis), vol. 76, n.º 1, 1994

Tsuru, Kotaro; *Finance and Growth: Some theoretical evidence considerations and review of empirical literature*; Working paper n° 228; 2000

Usaid, *Financial Services to Support international Trade In Mozambique*, Gaborone, 2005

Vletter, Fion; *Microfinance in Mozambique: Achievements, Prospects & Challenges*, UNDP, 2006

Programme Aid Partnership; Crescimento e Estabilidade Macroeconómica; *Maputo*; 2007

www.sadcreview.com/country_profiles/mozambique/moz_agriculture.htm, acessado no dia 10/03/08 pelas 12h:30m

www.sardc.net, *Crescimento económico e redução da pobreza*, acessado em 10/03/08, pelas 13H:45min

Anexos

Tabela 4: Poupança Bruta (1980 – 2006)

Anos	Poupança bruta (10 ⁶ Mt's)
1980	-312.61
1985	-229.58
1987	-181.95
1988	-163.29
1989	-217.99
1990	-145.85
1991	-387.05
1992	-363.06
1993	-323.17
1994	-264.22
1995	-213.17
1996	-53.01
1997	37.15
1998	269.85
1999	369.57
2000	315.52
2001	521.77
2002	1.086.98
2003	938.86
2004	963.46
2005	1,264.08
2006	1,666.87

Tabela 5: Formação bruta de capital (1980-2006)

Anos	Formação bruta de capital (10 ⁶ Mt's)
1980	269.13
1985	154.12
1987	400.49
1988	448.54
1989	486.09
1990	552.43
1991	514.88
1992	479.13
1993	512.11
1994	558.52
1995	712.46
1996	632.34
1997	709.73
1998	958.65
1999	1500.53
2000	1247.63
2001	957.08
2002	1220.71
2003	1314.00
2004	1585.13
2005	2099.89
2006	2251.37

Tabela 6: Crédito a economia e PIB (10⁶)

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Credito	3085372	4991552	5491475	7883726	9934215	13809676	14307842	14366913	14692547	20540678	26178933
PIB (10 ⁶)	63319	68495	72921	77283	77673	79646	106421	112637	118133	126117	133279
Var. PIB (%)	-	8.2	6.5	6.0	0.5	2.5	33.6	5.8	4.9	6.8	5.7
Credito/pib	4.87	7.29	7.53	10.20	12.79	17.34	13.44	12.76	12.44	16.29	19.64
Var. Cred Abs	-	1906180	499923	2392251	2050489	3875461	498166	59071	325634	5848131	5638255

Tabela 7 : distribuição do crédito em divisas (1996-2006)

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crédito à economia	3516665	5360094	6649404	8645291	11343237	13943178	14522463	14366914	13511949	21214702	27398156
em MZM	2876253	3933622	4731064	5711520	6992955	8538294	7846107	6363073	5620350	10558788	18641121
em Divisas	640412	1426472	1918340	2933771	4350282	5404884	6676356	8003841	7891599	10655914	8757035

Tabela 8: Distribuição sectorial do credito

Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total de Cred.	3085372	4991552	5819218	7883726	9934215	13809676	14307842	13529004	12855443	20489182	2562336
Agricultura	696584	937530	1220812	1614606	1894657	2029715	2284850	1672339	1373870	1774694	163803
Indústria	930682	1467308	1718482	2218985	2893610	3174222	3353932	2623101	2245320	3434284	474576
Comércio	106836	267431	277992	346614	449671	472880	583154	739306	453463	922535	144391
Transportes e Com.	789338	1269271	1470807	1760452	2027907	1823216	1805260	2112961	2765746	6255482	701997
Outros sectores	155174	214136	363381	420554	519216	953887	765092	777865	869612	1186591	157620
Total	406758	835876	767295	1466557	2149155	4828718	4960661	5112377	4758161	6071086	827006

Fonte: Boletins estatísticos. BM – DEE. Vários

Tabela 9: Distribuição da rede bancária por província

Província	Balcões/1995	Balcões/2000	Balcões/2002
Maputo	93	104	112
Gaza	20	22	15
Inhambane	15	12	10
Manica	16	14	7
Sofala	33	28	19
Tete	11	13	8
Zambezia	16	14	10
Nampula	23	24	16
C. Delgado	14	13	7
Niassa	8	9	3
Total	249	253	207

Fonte: Relatórios anuais. BM. Vários

Tabela 10: Quotas de mercado dos bancos comerciais – concessão de crédito

Bancos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BIM	13	16	21.87	22.164	42.037	54.71	46.7	42.8	43	41
BCM	50	43	30.54	23.359	0	0	0	0		0
BCI	2	5	5.4	10.543	12.102	13.06	26.6	30.2	27	30.5
BF	6	8	9.13	5.714	10.311	7.72	0	0	0	0
BSTM	11	11	14.03	12.405	11.814	9.59	9.25	9.6	8.5	12.4
BA	15	14	16.23	18.08	10.619	8.87	7.2	5.2	5.1	5.02
OUTROS	3	3	2.8	7.735	13.117	6.04	10.2	11.9	16.1	10.3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatórios anuais – BM, Associação Moçambicana de Bancos, 2006

Tabela 11: produção de culturas básicas alimentares, 1996 – 2006 (10³Ton)

Cultura	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Milho	253	256	258	304	1019	1143	1115	1179	1060	942	1395
Mapira	4	4	4	6	252	314	138	191	153	115	211
Arroz c/ casca	21	25	27	29	151	167	93	117	91	65	98
Feijao	39	45	48	67	146	154	177	180	193	201	132
Amendoim	29	23	24	26	114	109	101	87	90	93	85
Mandioca	-	76	75	84	5400	5975	5925	6547	5051	5353	6659

Fonte: Ministério da Agricultura – DE – Departamento de Estatística

Tabela 12: Produção de culturas de rendimento (10³Ton)

Cultura	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Algodão caroço	253	74	84	107	35	71	83	54	92	79	115
Castanha/ Caju	67	43	52	59	53	54	50	64	43	104	63
Cana de açúcar	316	279	369	469	397	676	1586	1941	1873	2247	2060
Chá folha verde	2	2	2	5	10	9	13	13	15	16	16
Citrinos	8	10	10	10	14	9	24	30	30	30	30
Copra	22	36	31	63	44	30	46	48	47	74	47
Tabaco	1	1	1	2	10	11	26	37	50	65	59
Girassol	0	1	1	1	1	6	4	6	6	7	7

Fonte: Ministério da Agricultura – DE – Departamento Estatística

Tabela 13: Taxa de Cambio

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Tx. MZM/USD	11.38	11.54	12.37	13.3	17.14	23.32	23.85	23.86	18.9	24.18	25.97

Fonte: IMF, 2007

Tabela 14: Índice de Preços ao Consumidor (Inflação acumulada)

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IPC	16.5	6.3	(1.8)	3.3	10.5	22.3	9.1	11.4	9.3	13.1	9.37

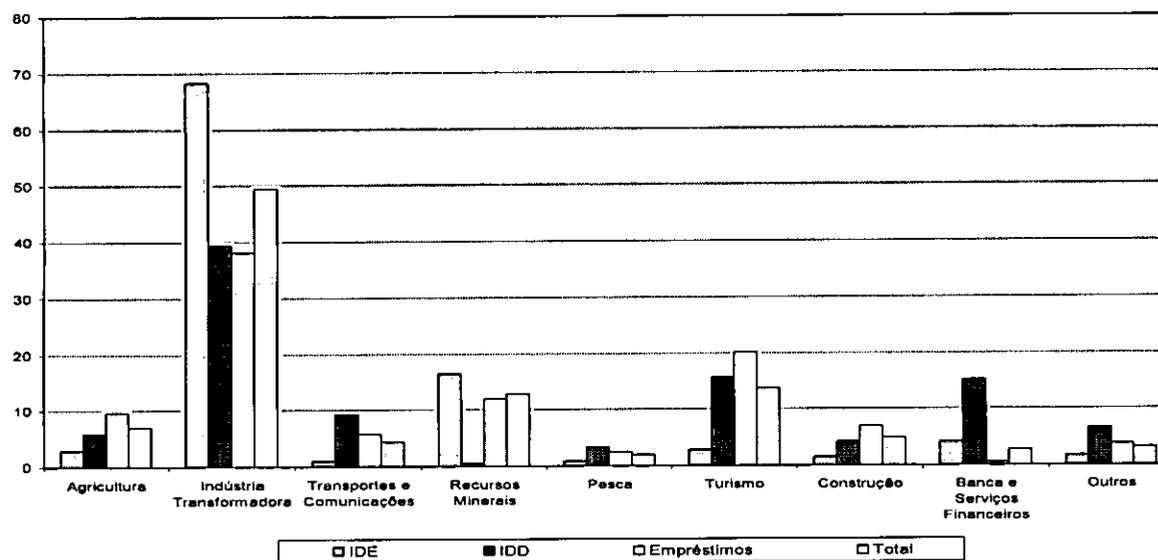
Fonte: INE; Departamento de preços e conjuntura

Tabela 15: contribuição da Agricultura no PIB

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Biliões de Meticais	13,231	12,322	15,463	20,120	22,235	32,106
Em % do PIB total	25.5	21.1	20.2	20.8	19.5	23.4
Varição Anual (%)	6.5	(10.8)	13.0	8.5	7.2	7.1

Grafico 9

Moçambique: Distribuição sectorial do investimento, por fonte de financiamento (em % to total nacional por fonte)



Fonte: Castelo Branco, 2003